

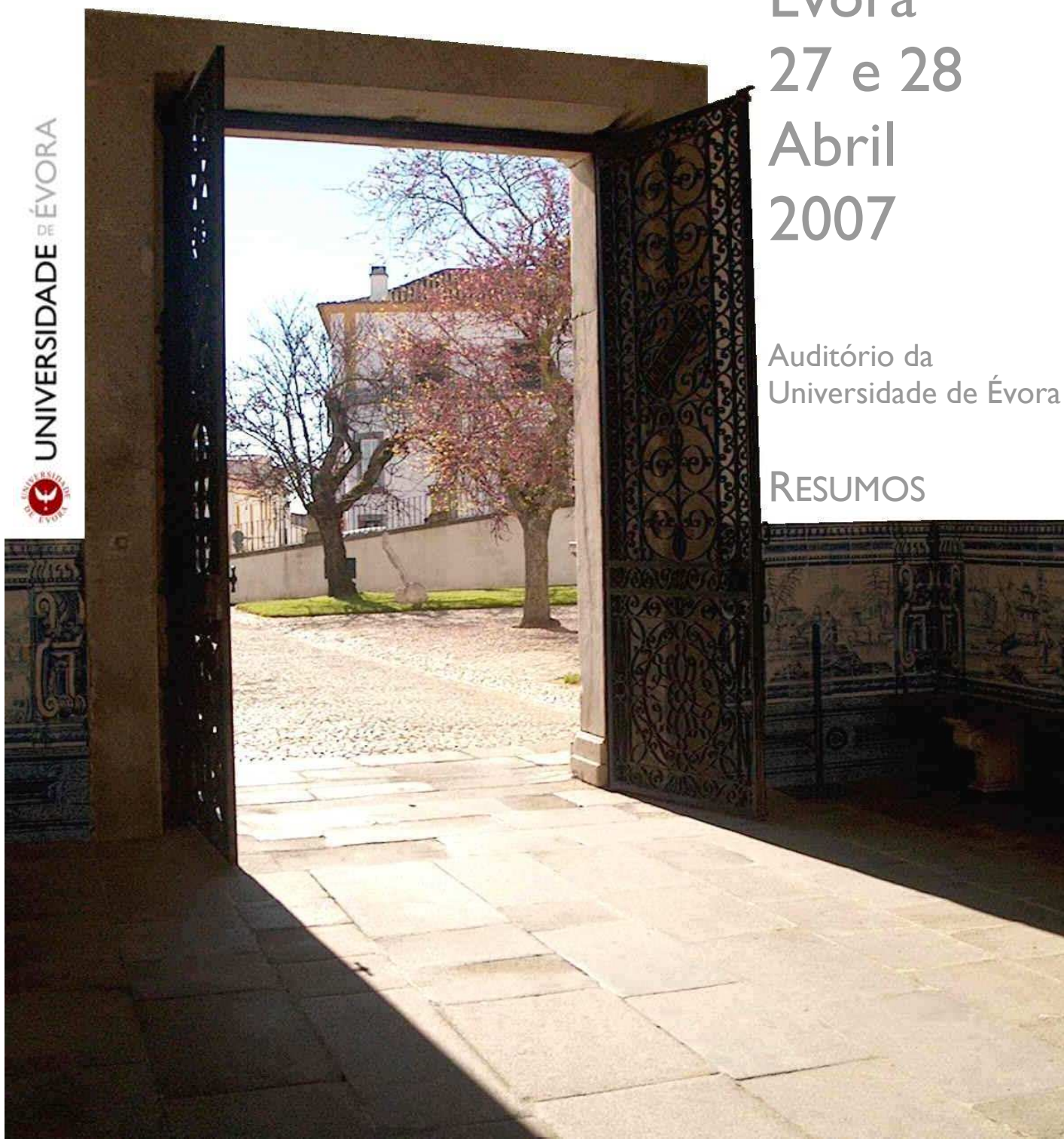
IX Jornadas do Departamento de Sociologia Transpondo Fronteiras

Évora
27 e 28
Abril
2007

Auditório da
Universidade de Évora

RESUMOS

UNIVERSIDADE DE ÉVORA



27 Abril Manhã

11:45 | Sessões Paralelas I

| | | |
|--------------------|--------------------------------------|-----------|
| <i>Atelier 1.1</i> | Cidadania, Defesa e Segurança | Auditório |
| <i>Atelier 1.2</i> | Cultura, Desenvolvimento e Turismo | Sala 2 |
| <i>Atelier 1.3</i> | Família, População e Saúde | Sala 3 |
| <i>Atelier 1.4</i> | Organizações, Qualificação e Emprego | Sala 4 |

Tarde

14:30 | Sessões Paralelas II

| | | |
|--------------------|--------------------------------------|-----------|
| <i>Atelier 2.1</i> | Cidadania, Defesa e Segurança | Auditório |
| <i>Atelier 2.2</i> | Cultura, Desenvolvimento e Turismo | Sala 2 |
| <i>Atelier 2.3</i> | Família, População e Saúde | Sala 3 |
| <i>Atelier 2.4</i> | Organizações, Qualificação e Emprego | Sala 4 |

16:30 | Sessões Paralelas III

| | | |
|--------------------|--------------------------------------|-----------|
| <i>Atelier 3.1</i> | Cidadania, Defesa e Segurança | Auditório |
| <i>Atelier 3.2</i> | Cultura, Desenvolvimento e Turismo | Sala 2 |
| <i>Atelier 3.3</i> | Família, População e Saúde | Sala 3 |
| <i>Atelier 3.4</i> | Organizações, Qualificação e Emprego | Sala 4 |

28 Abril Manhã

09:30 | Sessões Paralelas IV

| | | |
|--------------------|--------------------------------------|-----------|
| <i>Atelier 4.1</i> | Cidadania, Defesa e Segurança | Auditório |
| <i>Atelier 4.2</i> | Cultura, Desenvolvimento e Turismo | Sala 2 |
| <i>Atelier 4.3</i> | Família, População e Saúde | Sala 3 |
| <i>Atelier 4.4</i> | Organizações, Qualificação e Emprego | Sala 4 |

Apresentação de Posters

Átrio inferior do Auditório

[em permanência]

27 de Abril

Manhã

11:45 | Sessões Paralelas I

Atelier I.I Cidadania, Defesa e Segurança

Moderador Marcos Olímpio dos Santos

Auditório

| | | |
|--|---|-------------------------|
| Ana Bigotte Vieira | Mestranda em Ciências da Comunicação/FCSH-UNL | Fadaiat – Entre espaços |
| <p>Fadaiat é, pelas palavras dos seus organizadores, um “evento espaço” que se produziu entre Tarifa e Tanger em Junho de 2004 e 2005. Tem como antecedentes o encontro “a multidude conectada.” que aconteceu em Huelva em 2003 e a constituição do grupo de trabalho e da página web do Indymedia Estreito de Gibraltar. (o primeiro canal informativo independente, ligado à rede Indymedia global, que evidência uma tendência claramente não nacionalista ou regionalista).</p> <p>Estes encontros reuniram um grupo alargado de activistas [das migrações, da comunicação, do trabalho, de questões de género, ...], pensadores políticos, hackers, arquitectos, artistas e cientistas sociais em torno das temáticas da liberdade de conhecimento e da liberdade de movimentos na actual sociedade de informação e de produção globalizada. Tratava-se “não apenas de pensar mas sobretudo de fazer: construindo uma situação complexa, atravessada por uma multiplicidade de fluxos contra hegemónicos carnis e imateriais... que fosse capaz de devir um momento nodal dos processos multitudinários emergentes no território geopolítico do Estreito...”</p> <p>A proposta apresenta-se assim num claro plano de convergências disciplinares não hierárquicas, misturando realidade (e tomada de posição política frente à realidade), ficção, e tentativa de construção de nova realidade e de novo imaginário. Nesta direcção procura-se que convirjam discursos, práticas e conceitos; como se à palavra se devolvesse o poder de invocação e, pelo simples acto de as enunciarmos, as coisas passassem a existir realmente (o que pode talvez acontecer mais facilmente com uma ajuda dos novos media).</p> <p>A importância da ficção, do imaginário, das palavras, dos conceitos e do sonho em todo o projecto pode tornar-se mais clara se se atender às razões da escolha do seu próprio nome:</p> <p>É importante sublinhar que a proposta concreta deste projecto consiste num encontro de 3-5 dias com debates, <i>Ateliers</i>, projecções de vídeos, apresentação de trabalhos de investigação de longo curso, <i>streaming</i> de rádio e de televisão em directo das mais variadas partes do mundo, e acções concretas sobre os temas da Liberdade da Informação/Liberdade de Movimentos. É um encontro que resulta da confluência e da participação de grupos e colectivos de vários países, estando o que em cada encontro se passa dependente das propostas e do trabalho de cada um destes grupos.</p> <p>Para além dos encontros em si, há toda uma comunicação contínua e subterrânea que se faz à distância ou em colectivo; desta comunicação e destes outros encontros nascem iniciativas outras que não os “encontros Fadaiat” mas sim o próprio Fadaiat.</p> <p>(*) Fadaiat parece então partilhar algumas das características do paradigma emergente de que nos fala Boaventura de Sousa Santos em “Um discurso sobre as Ciências”.</p> <p>Assim, neste apresentação optar-se-á por expor em paralelo o que é o projecto Fadaiat (com base nos discursos e narrativas que o projecto produz sobre si próprio) e quais são as características do Paradigma emergente de que Boaventura de Sousa Santos fala, para, como conclusão, apontar alguns dos pontos de intersecção entre o projecto apresentado e a teoria explicitada.</p> <p>Referências:</p> <p>Fadaiat: www.fadaiat.net</p> <p>Fadaiat entre espaços: www.fadaiat.net/tikidownload_file.php?fileId=62</p> | | |

| | | |
|--|--|---|
| Maria José Stock, Eduardo Figueira, Maria da Saudade Baltazar | Dep. Sociologia/Univ. Évora | A participação dos cidadãos na definição das políticas urbanas: um estudo de caso |
| <p>O crescimento das áreas urbanas que se acentuou em Portugal a partir da década de 60 do século XX tem vindo a colocar problemas e desafios (urbanísticos, sociais, ambientais), para os quais se têm procurado várias respostas. O fenómeno encontra-se actualmente enquadrado por perspectivas orientadas para a intervenção de um leque diversificado de actores com responsabilidades nas áreas em que se fazem sentir os problemas e desafios referidos.</p> <p>As novas formas de articulação tendo por base o princípio da subsidiariedade parecem apontar o paradigma territorialista como via de evitar os impactes negativos do paradigma funcionalista. Por outro lado, o planeamento e implementação de estratégias de desenvolvimento, assumido este como sustentável, integrado e de base local, tendo em vista contribuir para a coesão económica e social dos locais e das regiões, exigem a adopção de abordagens de intervenção centradas na participação das populações nas decisões sobre o seu futuro.</p> <p>Face a este contexto, a presente comunicação pretende dar conta da estratégia de investigação participativa delineada com o pressuposto de que a participação activa de elementos dos grupos-alvo, para além de garantir informação mais fiável, tem um papel pedagógico no que respeita ao futuro relacionamento dos actores locais com os responsáveis pelo projecto de intervenção que se seguirá ao presente estudo. A estratégia de investigação participativa em curso visa criar condições que possibilitem uma intervenção posterior com activo envolvimento da população local. Neste sentido, a estratégia, para além de incluir uma campanha de comunicação, foi estruturada nas seguintes fases: i) Elaboração do Estado da Arte; ii) Definição das abordagens; iii) Recolha e tratamento de dados; iv) Análise de informação, e v) Definição da estratégia de intervenção. Ao longo das 5 fases dá-se particular atenção à discussão e análise dos procedimentos adoptados com a participação activa das populações envolvidas no processo, visando imprimir um carácter pedagógico no que diz respeito à problemática da participação activa dos actores locais nas posteriores acções de intervenção de forma a conduzir o processo de mudança para um panorama desejável.</p> | | |
| Mariana Cascais(1), António Mello de Matos(2) | (1) Dep. Sociologia/Univ. Évora, (2)Mestre em Ciência Política/ISCSP-UTL | <i>Políticas Urbanas: um estudo de caso</i> |
| | Sónia Dantas | Doutoranda em Sociologia/FEUC |
| <p><i>A construção de campos semânticos em torno das categorias "direita" e "esquerda" e a dimensão política da identidade social</i></p> <p>Esta comunicação resulta dum estudo empírico cujo objectivo geral é conhecer o modo como a identidade social influencia o processamento de informação social. Sendo a identidade política a dimensão da identidade social que nos interessa analisar, procuramos construir um modelo que estabeleça relações entre essa dimensão e o processamento de informação política.</p> <p>A política, entendida enquanto dimensão da vida social, condiciona a forma como os indivíduos categorizam e organizam o mundo, dado que o processo de categorização social não existe independente da inserção social dos indivíduos, do processo de socialização a que foram e são sujeitos, da significância valorativa e emocional que a pertença a determinados grupos sociais tem para os sujeitos na construção da sua identidade.</p> <p>Assim, a dimensão política da identidade dos indivíduos tem um papel significativo na forma como estes analisam e interpretam o mundo social, permitindo-lhes estabelecer significações para a informação política a que têm acesso e na sua avaliação, bem como posicionarem-se a si próprios, aos grupos sociais e políticos em que estão inseridos e aos outros indivíduos e grupos sociais e políticos face a essa mesma dimensão.</p> <p>Deste modo, procuramos analisar a existência e importância dos esquemas políticos numa população de estudantes universitários, nomeadamente quando dizem respeito a aspectos de memória social (os nossos participantes no estudo empírico não possuem memória pessoal do evento político que vão avaliar – 25 de Abril de 1974 – dado que nessa altura não eram nascidos). Por outro lado, procurámos ainda avaliar em que medida esses esquemas políticos têm expressão ao nível da categorização baseada em partidos políticos e de que modo se organizam as categorias "direita" e "esquerda" da dimensão política, nomeadamente através do conhecimento dos campos semânticos dessas categorias.</p> | | |

| | | |
|--|--|---|
| Ana Gonçalves | ISCTE | <i>Música ét[n]ica: para uma escuta sociológica das canções de Amélia Muge</i> |
| <p>Qualquer reflexão sociológica sobre música é em geral acompanhada por um conjunto de problemáticas discursivas e heurísticas. Afinal, como nomear uma produção musical sem reificar o vocabulário que a acompanha nas fases de produção, circulação e consumo? Trazemos à discussão duas nebulosas de categorias musicais que protagonizam dois quadros de escuta e interpretação das canções de Amélia Muge: o dos Cantautores e os das Músicas do Mundo.</p> <p>As matrizes taxionómicas aqui expostas convergem no deslocamento da canção da arena da mera fruição estética, com função puramente lúdica e de entretenimento, para o centro de gravidade do exercício cidadão, não absolutamente restringido à crítica social e ao empenhamento político, antes estendido ao elogio da diferença, da sociodiversidade, da imaginação social e da identidade cultural, à reivindicação da mestiçagem e da imprescindibilidade da utopia, ou à resguarda da memória colectiva. Alguns destes tópicos reconhecem-se seguramente no manifesto artístico de Amélia Muge.</p> <p>O seu trabalho musical tem-se caracterizado por múltiplas e combinadas inovações tecnológicas e artísticas: a mistura e o tratamento do som; o recurso a sintetizadores e simuladores na criação de efeitos sonoplásticos; a fusão exótica de instrumentos de tradição e origem geográfica variada; a exploração e o recurso da voz para além do canto (solo ou coral), enquanto vocalizações, declamações, ecos, sussurros e outros efeitos sonoros; a reapropriação de géneros musicais diferenciados, como canções urbanas (e.g., fado) e cantares tradicionais rurais (e.g., cancionero da serra algarvia); ou ainda a suspensão dos cânones temporais (e.g., os 0:57 de “Ser Pessoa” em Todos os Dias ou os 5:31 de “O Inferno de Borges” em A Monte).</p> | | |
| Emilia Cláudia Pires | Dep. Sociologia/Univ. Évora | <i>‘Lugares de Memória’: consumo, turismo e globalização em Malaca</i> |
| <p>A presente comunicação aborda relações entre processo turístico, produção e consumo de lugares. Conceptualmente, o ponto de partida da análise é dado pelos conceitos de “Lugar de Memória” (Nora 1988) e “hibridez” (Bhabha 1994). Toma-se, como referência empírica, um estudo de caso exploratório em curso na cidade de Malaca, (Malásia Ocidental). Especificamente, exploram-se processos de produção de localidade neste contexto pós-colonial, híbrido e multi-étnico. Em concreto, a análise é focalizada numa das etnias – os Portuguese Eurasians / Kristang – e no seu processo de construção e apropriação social de lugares. Metodologicamente, esta análise é alicerçada em pesquisa etnográfica (exploratória) e documental.</p> <p>Palavras-chave: Espaço; Turismo; Pós-Colonialidade; Malásia.</p> | | |
| Olga Magano | Univ. Aberta, CEMRI | <i>A cultura cigana: que possibilidades de sobrevivência nas sociedades modernas?</i> |
| <p>De um modo geral, considera-se que os ciganos portugueses, tal como os ciganos de outros países, são detentores de uma cultura própria. Esta especificidade ter-se-á conseguido manter através do fechamento sobre si próprios, nomeadamente, com a imposição de um conjunto de interditos e proibições, com essencial destaque para a endogamia, o analfabetismo e para a resistência ao trabalho assalariado.</p> <p>Nesta comunicação procuraremos analisar de que modo a cultura cigana, assente em valores tradicionais, considerados pré-modernos, tem conseguido manter, ou alterar, os seus valores fundamentais, face às pressões e às aculturações feitas no contexto de uma sociedade portuguesa moderna, em que vivem e a que pertencem. Como se traduzem estes aspectos do convívio na cultura e na identidade cigana? Partindo do princípio de que todos os processos sociais são dinâmicos, defendemos que a cultura cigana não é estática, sendo reconfigurada de acordo com os desenvolvimentos sociais da sociedade em que está inserida e também na sequência do seu próprio processo de integração, tais como os realojamentos habitacionais, o serem beneficiários do RMG e a obrigatoriedade da escolarização.</p> <p>Considerando esta diversidade de situações, defendemos que está em curso um processo de aculturação dos ciganos, com novos contornos, a que a sociologia deve estar atenta e estudar, para disponibilizar informações úteis e relevantes para uma intervenção qualificada no sentido da integração dos ciganos em Portugal.</p> | | |
| Paula Soares | Dep. Línguas e Literaturas/Univ. Évora | <i>Cinema e Multiculturalidade: Viajando “Até ao Fim do Mundo” com Wim Wenders</i> |
| <p>Nesta comunicação pretende-se reflectir sobre a contemporaneidade da Viagem Planetária que o cineasta Wim Wenders nos propõe em Até ao Fim do Mundo (1991) no âmbito de uma abordagem que liga Cinema</p> | | |

e Multiculturalidade.

Até ao Fim do Mundo constituiu um projecto de Wenders que levou cerca de uma década a realizar. Uma produção dispendiosa que implicou o recurso a várias equipas de rodagem em múltiplos lugares do planeta. A Viagem que as personagens efectuam em torno do Planeta remete-nos para uma Percepção de Multiculturalidade que associa a Captação de Imagens Externas (Écran Exterior) à Captação de Imagens Internas (Écran Interior), desencadeando processos de Desenvolvimento Pessoal que culminam num cenário que associa o Laboratório de Imagem de um Cientista reconhecido aos Conhecimentos Ancestrais dos Aborígenes Australianos...

Se a Era da Globalização que caracteriza a Contemporaneidade nos aponta, entre outros, para uma gradual aproximação das Culturas Planetárias, o Cinema, enquanto área de estudo multidisciplinar, constitui-se, neste contexto, como um veículo privilegiado para o estudo das Expressões da Multiculturalidade.

Neste contexto, procurar-se-á detectar elementos inerentes ao Inconsciente Colectivo Planetário que possam conduzir à identificação de Arquétipos Unificadores no contexto da Multiculturalidade.

Palavras-chave: Cinema e Multiculturalidade, Viagem Planetária, Arquétipos Unificadores

| | | |
|------------|------------------|--|
| Vítor Rosa | Doutorando/ISCTE | <i>Estudo Sociológico sobre as Artes Marciais/Desportos de Combate em Portugal</i> |
|------------|------------------|--|

Em Portugal, apenas dois trabalhos exploratórios abordam a temática das motivações dos praticantes de karaté. O primeiro encontra-se referido no livro A FCDEF-UP e a Psicologia do Desporto: Estudos sobre Motivação, 2001, pp. 25-27; o segundo, foi por nós realizado em 2006, tendo sido apresentado publicamente nas VIII Jornadas de Sociologia, na Universidade de Évora, nos dias 28 e 29 de Maio de 2006(*), e no colóquio sobre Percursos de Investigação em Sociologia, em 10 e 11 de Maio de 2006, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

As reflexões expostas nestes dois estudos podem ser resumidas a duas ideias principais: a primeira, é que apesar da aparente dissemelhança existente entre o karaté e uma qualquer modalidade desportiva (como a natação, o voleibol, o futebol, ou a ginástica), os motivos que levam as pessoas a orientar-se para a sua prática não são tão diferentes como poderia ser de esperar. A segunda, é que os praticantes de karaté privilegiam o prazer elicitado pela prática e o bem-estar físico e/ou psicológico, dando menos importância à defesa pessoal e à competição.

O karaté é apenas uma entre muitas outras modalidades de combate dual que são praticadas a nível nacional. Num mundo de exigência, a primeira pergunta que se coloca é a seguinte: qual será a realidade noutras modalidades semelhantes (judo, aikido, taekwondo, etc.).

Infelizmente, o estudo das artes marciais não tem merecido uma atenção adequada por parte dos investigadores portugueses(**). Vive-se numa certa anemia crítica. Ora, influenciados pelos estudos realizados, e procurando obter mais informações sobre estas modalidades para um trabalho de longa duração (tese de doutoramento), decidimos alargar o universo do primeiro questionário que realizámos entre 3 de Novembro de 2005 e 31 de Março de 2006, aplicando-o a outras artes marciais ou desportos de combate.

Como objectivos específicos, o estudo visou:

- Conhecer o perfil sociológico dos praticantes de artes marciais em Portugal.
- Conhecer as motivações para praticar artes marciais.

A constituição da amostra foi de 165 entrevistas por questionário a indivíduos de ambos os sexos, entre os 7 e os 74 anos, residentes em território nacional. Confrontados com o problema de não conhecermos as características da população-alvo, a selecção da amostra foi feita com base em métodos de amostragem não probabilística (não aleatória), ou seja, não se conhece a probabilidade de um elemento da população ser escolhido para participar da amostra.

De referir também que esta técnica de amostragem, não aleatória, revelou-se necessária atendendo a imperativos temporais, administrativos e económicos que estavam subjacentes à concretização da sondagem. Estamos, no entanto, conscientes de que não é possível extrapolar as conclusões obtidas.

O questionário foi realizado através de entrevistas pessoais e directas e foi enviado de diferentes formas (correio postal, e-mail), provocando um efeito do tipo "bola-de-neve" (snowball), tendo o trabalho de campo decorrido entre os dias 7 de Abril de 2006 e 31 de Julho de 2006. O tratamento dos dados terminou em Dezembro de 2006.

Importa referir que a comunicação a apresentar pretende divulgar os resultados mais significativos obtidos através da sondagem realizada, dando lugar às subjectividades, avaliações e representações de que os praticantes de artes marciais são portadores.

(*) Aguarda-se a publicação da comunicação no livro de actas das VIII Jornadas de Sociologia.

(**) Procurando contrariar esta tendência, eu e Abel Figueiredo, docente e coordenador do curso de Educação Física, da Escola Superior de Educação de Viseu, Instituto Politécnico de Viseu, estamos a organizar a 1.ª edição de um Congresso Científico de Artes Marciais e Desportos de Combate em Portugal, que terá lugar nos dias 13 e 14 de Abril de 2007, em Viseu. Vd. www.adiv.pt/ccamdc.

Atelier 3.1 Família, População e Saúde

Moderadora Maria da Graça Morais

Sala 3

| | | |
|--|---|---|
| Alexandrina Figueira, Antónia Pouca Roupá, Fernanda Rosado e Vânia Ramalho | Estudantes 1.º ciclo Sociologia/Univ. Évora | <i>As representações sociais da obesidade Infanto-juvenil na região de Évora</i> |
| <p>A presente comunicação tem em vista dar a conhecer os objectivos, o enquadramento teórico e a abordagem metodológica de um estudo sobre as representações sociais da sociedade, em geral, e dos profissionais de saúde, em particular, sobre a obesidade infanto-juvenil na região de Évora.</p> <p>A obesidade, em geral, e a obesidade infanto-juvenil, em particular, constitui, nos nossos dias, um fenómeno de relevante projecção social que transporta consigo importantes implicações sociais para aqueles que, directa ou indirectamente, o vivenciam. De facto, a obesidade infanto-juvenil pode ser considerada actualmente como um dos principais problemas de saúde pública em toda a Europa onde tem vindo a aumentar significativamente, reflectindo-se em diversas situações patológicas na infância que podem acompanhar o crescimento e permanecer na idade adulta. É uma doença crónica, que implica mudanças no estilo de vida das pessoas, nos hábitos e comportamentos da criança e da família. É considerada, por alguns autores, como a epidemia do século XXI.</p> <p>Partindo da análise da percepção das representações sociais dos técnicos de saúde sobre a obesidade infanto-juvenil, o estudo será conduzido no quadro de uma abordagem essencialmente qualitativa e de natureza exploratória, procurando, mais especificamente capturar e analisar as representações sociais sobre a doença dos agentes intervenientes na consulta de pediatria do Hospital do Patrocínio de Évora. Pretende-se conhecer e analisar as representações sociais sobre a obesidade infanto-juvenil numa sociedade de características cada vez mais sedentárias e consumidora de alimentos ricos em gordura, resultado da pouca disponibilidade da família e da influência da publicidade alimentar, deixando pouca margem de manobra para comportamentos alimentares mais adequados por parte das pessoas.</p> <p>As representações sociais constituem interessantes indicadores dos saberes práticos a respeito dos problemas interpessoais e sociais e, quando analisadas e interpretadas adequadamente, poderão dar importante contributo para o delineamento de estratégias que auxiliem na resolução de problemas de natureza colectiva como é o caso da obesidade infanto-juvenil. A alimentação nas sociedades contemporâneas é mais do que um mecanismo biológico, uma vez que está associada a uma multiplicidade de factores, nomeadamente económicos e sócio-culturais. O tema em análise tem sido estudado sobretudo a nível da saúde e da psicologia, considerando-se relevante a sua análise na perspectiva sociológica, atendendo à sua relevante dimensão sociológica, especialmente no que se refere à forma como este distúrbio alimentar é socialmente representado. Na análise sociológica desta temática tomar-se-á em conta os aspectos sociais que podem afectar a obesidade e o facto de os diversos tipos de obesidade se definirem de forma diferente em cada quadrante social e até por cada sujeito que com ela se tenha confrontado. O pai de uma criança obesa, o médico, o técnico de saúde terão certamente representações sociais desiguais entre si assim como os próprios obesos terão de si próprios.</p> <p>Palavras-chave: Representações Sociais, Obesidade, Distúrbio alimentar, Família, Técnicos de Saúde e Mass-media</p> | | |
| Bárbara Bäckström | Univ. Aberta | <i>As representações e as Práticas sobre a saúde e a doença na comunidade cabo-verdiana em Lisboa</i> |
| <p>Este trabalho de investigação constitui uma aproximação sociológica no âmbito da saúde internacional e no contexto da sociologia da saúde, em particular da saúde dos imigrantes, relativamente às suas representações e práticas de saúde e de doença. O objecto de investigação centra-se na análise das questões sobre a saúde e a doença dos imigrantes a partir de uma perspectiva sociológica. O estudo teve como principal objectivo compreender - através de relatos pessoais - a forma como os indivíduos entendem a saúde e a doença no campo das representações sociais de saúde e analisar os seus comportamentos em termos das suas práticas de saúde e de doença. Pretendeu-se estabelecer uma análise comparativa dos dados de forma a fazer sobressair semelhanças e/ou divergências das representações e das práticas de saúde e de doença dos entrevistados. A nossa intenção era verificar se elas se deviam a factores socioeconómicos, a factores</p> | | |

culturais e de identidade étnica, ou à combinação de ambos.

No plano teórico, o trabalho aqui apresentado enquadra-se em várias áreas das Ciências Sociais, (sociologia da saúde, sociologia das migrações e antropologia da saúde).

A hipótese geral centrava-se na ideia de que as representações e as práticas de saúde e de doença destes imigrantes se inscreviam num quadro particular onde apareciam interferências do carácter cultural e da pertença étnica. Estas dimensões podiam no entanto, variar consoante os contextos socioeconómicos. A hipótese pressupunha que os imigrantes apresentariam perfis distintos no que se refere à autoavaliação e percepção do estado de saúde, às representações, crenças e atitudes face à saúde e à doença, às experiências e comportamentos, aos estilos de vida e às práticas de saúde e percursos de doença.

O estudo foi efectuado junto de uma amostra de 40 indivíduos cabo-verdianos da “primeira geração” em Portugal, mais precisamente os que residem na região de Lisboa, a qual para efeitos de análise foi dividida em diferentes grupos: grupo social (grupo popular e grupo de elite), geração (mais jovens e mais velhos) e género (homens e mulheres), (20 pessoas em cada grupo). Optámos por uma metodologia qualitativa através da realização de entrevistas semi-estruturadas para recolha da informação. O tratamento dos dados consistiu na análise de conteúdo temática das entrevistas e na identificação de diferenças e semelhanças entre e intra cada um dos subgrupos.

A análise dos resultados comprova a existência de diferenças entre os grupos sociais relativamente às representações e práticas de saúde e de doença. Elas foram determinadas mais pelos factores socioeconómicos do que pelos aspectos culturais e de etnicidade. Essas diferenças fizeram também sobressair dois tipos de visão: uma cosmopolita e outra existencial. Na primeira estamos perante uma visão mais articulada ao mundo e que se relaciona com as ideias expressas pelo grupo de elite e na segunda uma visão existencial, mais ligada às condições materiais de existência e que corresponde às representações feitas pelo grupo popular.

Foi demonstrado que os indivíduos mais velhos do grupo popular encaravam a saúde e a doença de forma semelhante ao “modelo biomédico”, enquanto os do grupo de elite iam mais ao encontro do “modelo bio-psico-social”. As representações de saúde e de doença traduziram-se em definições que foram desde o orgânico ao social. O primeiro correspondia ao discurso do grupo popular que restringia mais a saúde a aspectos fisiológicos e o segundo ao do grupo de elite, que encarava a saúde e a doença enquanto fenómenos mais globais e externos aos indivíduos. Também se evidenciou, quando da análise dos dados, ao nível dos subgrupos de género e geração no seio do mesmo grupo social, que as diferenças eram menos evidentes entre eles do que as que encontrámos quando comparámos os subgrupos separadamente por grupos sociais distintos.

Quanto ao grupo estudado, apesar da heterogeneidade verificada entre os seus membros, particularmente no que se refere aos factores socioeconómicos, observou-se que existia um aspecto unificador decorrente das suas heranças culturais. Em geral, os indivíduos sobrevalorizaram a sua identidade étnica e a cultura de origem comum. A pertença a grupos sociais diferentes, mas a uma mesma cultura e identidade, dá origem a uma partilha do sentimento de pertença cultural, mas não a comportamentos e práticas idênticos.

Pretende-se, por fim, contribuir para o conhecimento dos imigrantes enquanto cidadãos e indicar a necessidade de reajustar as estruturas de saúde às transformações multiculturais, que neste momento são vividas a rápidos ritmos de mudança.

| | | |
|-------------------------|-------------------------------|--|
| Cristina Pereira Vieira | Universidade Aberta, CEMRI | <i>A SIDA, as representações saúde/doença e a regulação sexual</i> |
|-------------------------|-------------------------------|--|

Com o aparecimento da SIDA, muitas das conquistas de liberalização dos costumes, atitudes e comportamentos sexuais adoptados até então foram alvos de uma possível reversibilidade. Numa fase inicial, a doença era olhada como algo estranho, dado que fugia aos padrões tradicionais de doença. As construções metafóricas da doença deixaram marcas nas relações sociais (Sontag, 1989). Com efeito, passou a existir como que um pânico moral, criado à volta desta doença, que culpa as suas vítimas, sendo a SIDA a metáfora para a punição moral dos indivíduos que optaram por formas de sexualidade que escapam aos modelos convencionais e legítimos (Weeks, 1985).

Esta crise dos significados sexuais acentuou o problema de como regular e controlar a sexualidade, dado que a forma como nós entendemos a sexualidade, determina as nossas respostas. Sendo assim, torna-se difícil separar o sentido particular que damos à sexualidade, das formas de controlo que defendemos. No entanto, a prevalência da SIDA e das doenças crónicas mudou a atitude dos indivíduos perante a doença e o doente. E, apesar de ainda ser cedo para chegar a grandes conclusões relativamente às consequências da SIDA nas mentalidades e nos comportamentos sexuais, constata-se que a necessidade de prevenção da doença fez com que emergisse um discurso mais aberto à diversidade de diferentes expressões da sexualidade humana (Vilar, 2002). Assim, a sociedade foi percebendo que o combate ao HIV/SIDA requer um entendimento sobre o significado de sexualidade nas culturas contemporâneas. Assim sendo, actualmente procura-se

desconstruir o discurso monolítico da tradição sexual e, sob um olhar sexual plural, aceitar as diferentes sexualidades, mesmo sabendo que estas trazem consigo uma série de ambiguidades e de potenciais conflitos (Weeks, 2003).

Atelier 4.1 Organizações, Qualificação e Emprego

Moderador José Saragoça

Sala 4

| Cristina Bernardo | Câmara Municipal de Alvito | <i>Levantamento de Necessidades de Formação e de Problemas Organizacionais - O caso da Câmara Municipal de Alvito</i> |
|---|----------------------------|---|
| <p>No actual contexto de grande turbulência organizacional e acelerado ritmo de mudança, um dos grandes desafios que se colocam à Administração Pública, de uma forma geral, passa pela gestão das pessoas que nelas trabalham. A atenção que as organizações têm que dar aos parceiros internos (colaboradores) é tão importante como a atenção redobrada que têm que dar aos seus clientes e outros parceiros externos. O tempo é de mudança: o emprego não é para toda a vida; as carreiras são reajustadas; os salários são negociados; a avaliação é por objectivos; a formação é fomentada ao longo da vida, etc, etc.</p> <p>Se olharmos para o que se passa na Administração Local, em particular, que é a realidade que melhor conheço, verificamos que muitas destas mudanças se estão a fazer, embora a um ritmo muito lento e com muitas resistências, veja-se o que se passa com a implementação do Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho, que deveria ter sido iniciado em 2006, mas que até ao momento, em grande parte das autarquias, ainda não foram dados passos significativos.</p> <p>Pensando na mudança em curso nas autarquias locais e no meu trabalho diário na Câmara Municipal de Alvito, tomei como um desafio realizar um trabalho de investigação que me permitisse fazer o levantamento das necessidades de formação, sentidas pelos trabalhadores, e do clima organizacional.</p> <p>Até ao momento a formação realizada por alguns colaboradores desta autarquia, ao longo de cada ano, não é planeada, ou seja, não há um diagnóstico de necessidades que sirva de base a essa formação. As ofertas surgem do exterior, tipo “menu” e cada um escolhe a acção ou acções de formação que mais lhe convém e caso tenha aprovação do seu superior hierárquico frequentará a acção. Esta prática tem levado a que só alguns colaboradores tenham formação, ao desperdício de recursos financeiros e outros, uma vez que não há planeamento e a muita insatisfação dentro da organização.</p> <p>Como nunca foi realizado um trabalho desta natureza, neste contexto em concreto, estamos em presença de um estudo que permitirá uma reflexão interna profunda e paralelamente poderá ser a base para a mudança de política de formação dos seus recursos humanos, tendo sempre como fim último a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos municípios e a satisfação dos colaboradores.</p> <p>Numa altura em que é urgente implementar uma avaliação por objectivos, imposta pela lei nº 10/2004, de 22 de Março e pelo Decreto Regulamentar nº 6/2006, de 20 de Junho, os indivíduos são obrigados a reciclar constantemente os conhecimentos, a adaptar-se a novas exigências profissionais e a gerir a insegurança que isso acarreta. Por tudo isto, a formação assume, nos nossos dias, uma importância crescente. É cada vez mais indispensável a qualquer profissional competitivo e que pretenda manter-se actualizado num contexto em que o conhecimento é efémero.</p> <p>Os gestores de topo destas organizações devem estar atentas às mudanças que ocorrem na sociedade, aos mais variados níveis, e devem promover junto dos seus colaboradores, do seu capital humano, uma política de formação contínua que vá de encontro às suas necessidades, às necessidades da organização e às dos seus clientes. É um erro descurar-se a formação dos colaboradores e exigir-se serviços de qualidade.</p> <p>Depois de conhecer a Câmara Municipal e os seus colaboradores, considero, que pela sua dimensão (130 pessoas), é perfeitamente aceitável realizar um levantamento de necessidades de formação, que abarque todo o universo de forma a permitir uma reflexão sobre o assunto, que posteriormente possa levar a uma tomada de decisão com base em informação credível. Contudo, nesta primeira fase, decidi formar uma amostra, em que foram inquiridos somente os funcionários da Divisão de Acção Social e Cultural. Paralelamente, decidi, com o mesmo instrumento de recolha de dados, questionar os funcionários sobre o clima organizacional, já que no dia a dia são percebidos alguns sintomas como: desmotivação dos funcionários, conflitos laborais; deficiente concretização das funções; atrasos nas respostas aos municípios; falta de empenho e brio profissionais, entre outras situações que necessitam uma atenção redobrada por parte dos gestores de topo.</p> <p>Palavras – chave: organização, formação, clima organizacional, inquérito, diagnóstico, plano de formação.</p> | | |

| | | |
|--|--|--|
| Helena Alexandre | Departamento de Investigação e Desenvolvimento/INA | <i>Representações, práticas e valores geradores de assimetrias de género na Administração Pública Central Portuguesa</i> |
| <p>Apesar de, enquanto sistema de emprego e trabalho, a Administração Pública Portuguesa se caracterizar por uma taxa de feminização global de 58,6%, e de a legislação portuguesa relativa à proibição de discriminação, que garante a igualdade de oportunidades e que prevê a promoção da conciliação entre trabalho e família se encontrar traduzida nas normas que regem as relações de emprego e trabalho na Administração Pública Portuguesa, persistem nela assimetrias/desigualdades de género.</p> <p>O estudo(*) de que nos propomos apresentar alguns resultados que podem ilustrar esta realidade, foi realizado no âmbito das actividades de investigação do Departamento de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Nacional de Administração entre o 2004 e 2006 e teve como objectivo caracterizar a actual situação de trabalho de mulheres e de homens em carreiras e/ou funções de nível superior da Administração Pública Central Portuguesa, bem como o acesso a funções de direcção, através do conhecimento de algumas condicionantes nas esferas pública/laboral e privada/familiar.</p> <p>A metodologia traduziu-se num inquérito por questionário aplicado a 2205 trabalhadores/as da Administração Pública (independentemente do tipo de vínculo contratual) com um nível habilitacional mínimo de licenciatura, e na realização de 15 entrevistas semi-dirigidas a homens e mulheres, dirigentes e não dirigentes de todos os Ministérios.</p> <p>A análise dos resultados permite mostrar que a Administração Pública se caracteriza por assimetrias de distribuição orgânica - com Ministérios altamente masculinizados e outros altamente feminizados-, e hierárquica - em que a maioria dos dirigentes de topo e dos ocupantes dos escalões remuneratórios mais elevados são homens -. Verifica-se também que o género é uma dimensão que concorre para a explicação do modelo dominante de organização do trabalho e de repartição do tempo e responsabilidades na esfera doméstica/ familiar bem como das representações sobre atributos e capacidades que possuem homens e mulheres no que concerne ao acesso e exercício de funções de direcção. Constatam-se também que as questões associadas à maternidade/paternidade são distintas das representações sobre as dimensões profissional e privada de homens e mulheres e influenciam diferentemente os seus posicionamentos e estratégias. No que concerne ao acesso e exercício de funções dirigentes, observa-se igualmente, que homens e mulheres adaptam-se a, seguem e reproduzem um mesmo modelo dominante de organização temporal do trabalho mas não da relação entre as esferas laboral e familiar.</p> <p>Conclui-se, assim, que as desigualdades/assimetrias existentes na Administração Pública portuguesa estão, de algum modo, relacionadas com valores e representações que se traduzem numa praxis dominante, quer na dimensão laboral quer na dimensão familiar, que influencia de forma diferenciada as estratégias e posicionamentos de homens e mulheres em aspectos muito relevantes do domínio da igualdade de oportunidades e de género no trabalho e emprego e na vida familiar.</p> <p>(*) Estudo Coordenado por Helena Rato, Directora do Departamento de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Nacional de Administração (Helena.rato@ina.pt).</p> | | |
| Guida Lourenço (1), Susana Reis (1), Lílíana Rainha (1), Eduardo Figueira (2) | (1) Academus, (2) Dep. Sociologia/Univ. Évora | <i>Desenvolvimento da Qualidade Reflexiva para Professores e Formadores através da Auto-avaliação.</i> |
| <p>Esta comunicação tem como finalidade apresentar o Projecto “RefleKtive –Reflective Quality Development for CVT Teachers and Trainers through Self-Evaluation” financiado no quadro do Programa Comunitário Leonardo da Vinci II. A coordenação do projecto pertence ao “BIAT- Institute for Vocational Education and Training” da Universidade de Flensburg (Alemanha) e a parceria é constituída pela Universidade de Bremen (Alemanha); “DEL-The Danish Institute for Educational and Vocational Training”(Dinamarca); Pontydysgy (Reino Unido); “PRISMA”- Center for Development Studies (Grécia); Academus- Consultadoria, Formação e Investigação, Lda (Portugal); SC AxA Consulting (Roménia); CRED- Center for Research and Education Development-(Reino Unido).</p> <p>O projecto tem como objectivo a concepção de um instrumento de auto-avaliação para formadores, professores e outros profissionais da formação profissional visando promover e apoiar a sua reflexão sobre a sua profissão e as suas práticas no contexto da formação e educação. O instrumento desenvolvido em suporte electrónico (“on line”) é constituído por seis dimensões ou áreas de trabalho: (1) Avaliação e Reconhecimento; (2) Valores e Papéis; (3) Condições de Trabalho; (4) Rede de Trabalho e Cooperação; (5) Auto-Avaliação e Desenvolvimento da Qualidade na Formação; e (6) Ensino e Aprendizagem. Cada uma das áreas de trabalho está, por sua vez, estruturada e hierarquizada segundo 4 níveis: (1) sistema, (2) institucional, (3) grupo/equipa; e (4) individual.</p> | | |

Em cada um dos níveis os profissionais poderão aceder a perguntas e responder às mesmas, ver as respostas de outras pessoas e ver exemplos práticos. Por outro lado, o instrumento utilizará recursos multimédia (fotografias, vídeos...) para melhor ilustrar/exemplificar determinadas situações em contextos de ensino/aprendizagem.

Em termos de metodologia, adoptou-se uma estratégia de pesquisa de natureza essencialmente qualitativa e exploratória, segundo a qual se procedeu à recolha de dados através de entrevistas aos responsáveis, aos profissionais e ao público-alvo da formação profissional contínua, e consequentemente foram submetidos à análise de conteúdo temático-categorial.

Em suma, o instrumento pretende que os intervenientes da formação profissional contínua reflectam sobre a sua actuação, melhorem a sua performance e contribuam para o desenvolvimento da qualidade na formação na área em questão.

(O instrumento de avaliação reflectiva já se encontra disponível na internet, mas ainda está em fase de construção).

Palavras-chave: Formadores e Professores; Formação profissional contínua; Reflexão; Avaliação.

| | | |
|---|---|---|
| Liliana Rainha(1), Guida Lourenço(1), Susana Reis(1), Eduardo Figueira(2) | (1)Academus, (2)Dep. Sociologia/Univ. Évora | <i>Modularização nos Sistemas de Formação Pré-profissional e profissional: Um instrumento de apoio ao planeamento</i> |
|---|---|---|

A presente comunicação tem em vista apresentar um dos resultados da execução do Projecto “MODULE-Approval of Modules in Prevocational Training” financiado no quadro do Programa Comunitário Leonardo da Vinci II. O projecto MODULE, coordenado pelo Instituto “BIAT- Institute for Vocational Education and Training” da Universidade de Flensburg (Alemanha), está a ser desenvolvido por uma parceria transnacional constituída por “HIVA- Higher Institute for Labour Studies” da Universidade de Leuven (Bélgica), “Danish University of Education “ (Dinamarca), “PRISMA Center for Development Studies” (Grécia), Academus-Consultadoria, Formação e Investigação Lda (Portugal), “Center Education 2000+” (Roménia) e o “Institute of Education” da Universidade de Londres (Reino Unido). O projecto tem como objectivo principal promover maior eficácia e transparência da modularização nos cursos de formação pré-profissional e profissional.

Os conteúdos da formação profissional e pré-profissional encontram-se, nos países da parceria, usualmente estruturados por módulos. Contudo, os resultados da análise da realidade em Portugal (bem como nos outros países constituintes da parceria), apontam para uma elevada dificuldade sentida por parte dos técnicos responsáveis pela concepção, desenvolvimento e implementação dos cursos de formação pré-profissional na estruturação da modularização. Neste sentido, foi desenvolvido por toda a parceria do Projecto MODULE um instrumento composto por nove elementos/dimensões com vista a amenizar as dificuldades sentidas por aqueles profissionais.

Em termos metodológicos, seguiu-se uma estratégia de pesquisa de natureza essencialmente qualitativa e exploratória, no quadro da qual se procedeu à recolha de dados através de entrevistas a profissionais directamente envolvidos na formação pré-profissional que posteriormente foram submetidos à análise de conteúdo temático-categorial.

Os elementos/dimensões seleccionadas para o desenvolvimento do instrumento de apoio ao planeamento e estruturação da modularização foram: (1) O que é um Módulo?; (2) Organização e Administração; (3) Desenvolvimento de Profissionais; (4) Integração do Público-alvo; (5) Redes de Trabalho e Colaboração; (6) Contexto de Aprendizagem; (7) Avaliação e Reconhecimento de Competências; (8) Métodos para Avaliar “soft outcomes”; (9) Reflexão e Avaliação.

Palavras-chave: Modularização; Formação profissional e pré-profissional, Jovens desfavorecidos

| | | |
|--|--|--|
| Teresa Nogueiro (1), Margarida Saraiva (2) | (1) Mestranda em Gestão, Área de RH/Univ. Évora, (2) Dep. Gestão/Univ. Évora | <i>Melhorar as Organizações Públicas Portuguesas através da auto-avaliação: estudo de caso dos Serviços Académicos da Universidade de Évora aplicando o modelo CAF (Common Assessment Framework)</i> |
|--|--|--|

A globalidade das empresas é uma realidade. Actualmente, um dos factores que mais influencia a competitividade entre empresas do mundo global é a Qualidade. A sociedade é cada vez mais exigente quer em termos de produtos quer em termos de serviços.

Afinal, o que é a Qualidade? Todas as pessoas tem a mesma definição de Qualidade? Com toda a certeza que todos já se colocaram esta questão. Igualmente, já todos utilizaram vezes sem conta, esta palavra. Mas que será de facto qualidade? Existe apenas uma definição ou será uma palavra de múltiplas definições? Qualidade, é um termo que se utiliza muitas vezes em excesso e que entra com facilidade na comunicação entre

peçoas, nas relações entre clientes e empresas, comparação entre empresas, serviços, etc. É um conceito de enorme espectro de significados e utilizações mas, de difícil definição.

Numa abordagem linguística, qualidade é uma palavra de origem latina “qualis” que significa “algo que se apresenta tal como é na realidade”. Embora não haja um conceito consensual, a qualidade é um factor de extrema importância e de distinção entre e para empresas/organizações, serviços, produtores, clientes, consumidores etc., e que se vai repercutir nas estratégias de produção, assistência, compras, etc.

A qualidade é também um factor de concorrência internacional que é preciso ter em conta e que é necessário avaliar e medir.

Existem disponíveis, vários modelos para medição da qualidade nos serviços. Assim e de forma a homogeneizar critérios de avaliação da qualidade nos serviços públicos, de modo a serem comparáveis entre instituições do mesmo tipo, optou-se pela Estrutura Comum de Avaliação ou designada Common Assessment Framework (CAF). Trata-se de um modelo que deriva do modelo da European Foundation Quality Management (EFQM), comumente aceite em toda a Europa em que a qualidade é o factor capaz de orientar as instituições públicas no caminho da excelência. É por isso fundamental que se possa medir e avaliar este factor, para que, através da melhoria contínua de um serviço, se consiga alcançar a Excelência, tendo como base o conceito de Gestão da Qualidade Total.

Este trabalho científico procura analisar, de forma sistemática e acessível, informação relevante sobre a metodologia Common Assessment Framework. Os Serviços Académicos da Universidade de Évora, são o Serviço Público que está na base da investigação que serviu para a elaboração deste artigo. Dado tratar-se de um serviço de “front-office” é de fundamental conveniência, que deva ser avaliado pelos seus utentes e colaboradores; a comunidade que serve é muito vasta, desde os estudantes, docentes, colaboradores, enfim, todas as partes interessadas, daí tornar-se ainda mais interessante e necessária a execução desta avaliação.

A utilização da metodologia CAF, será uma proposta para responder às seguintes questões: Que resultados eram espectáveis após a sua aplicação? O serviço público em análise tem qualidade? Tentar-se-á dar resposta a estas e outras perguntas no desenvolvimento deste trabalho de investigação.

Palavras-chave: Common Assessment Framework (CAF), Serviço Público, Qualidade, Avaliação da qualidade.

Apresentação de Posters

Átrio inferior do Auditório [em permanência]

| | | |
|---|--|---|
| Adelina Cunha, Cláudia Soares dos Santos, Manuel Cortiço, Odete Nascimento d'Almeida | Universidade Sénior do Montijo (UNISETI) | <i>Tradições da Cultura Popular: Um exemplo português</i> |
| <p>O presente trabalho faz um breve levantamento de temas como as credices, superstições, rezas e orações que, acompanhando todo o desenvolvimento histórico, tecnológico e do pensamento, ainda chegam até aos dias de hoje. Partindo do exemplo português (em meio rural, piscatório e operário), verificamos que estas tradições ainda têm algum peso na nossa cultura e que não são caso raro, pois noutros países europeus ditos mais desenvolvidos, estas tradições também sobrevivem ao passar dos tempos.</p> <p>Tendo por objectivos recolher e identificar diferentes crenças (em forças misteriosas e ocultas capazes de actos sobrenaturais), orações e rezas (na esperança de uma resposta /cura para os seus males), este trabalho revela também a franca actualidade que estes temas ainda têm na sociedade portuguesa e na sua cultura.</p> | | |
| Adelina Cunha, Cláudia Soares dos Santos, Maria Antonieta Santos, Maria Bárbara Pinela, Maria Helena Sousa, Maria Laurinda Letras, Maria Nazaré Moura | Universidade Sénior do Montijo (UNISETI) | <i>A Evolução da Mulher na Sociedade e na Família ao longo do Tempo</i> |
| <p>Estando o papel da Mulher em constante evolução verificamos que esta teve um papel fundamental na evolução da espécie e que a sua importância tem sido identificada desde os tempos mais remotos.</p> <p>É sobre as extraordinárias mudanças que caracterizam a actualidade, que surge um novo patamar no domínio da evolução da mulher na sociedade e, conseqüentemente, o desejo de partilha paritária de direitos e deveres inerentes à vivência comum.</p> <p>Este objectivo, indiscutivelmente justo, revela-se porém muito difícil de alcançar como mostram as</p> | | |

sucessivas lutas empreendidas nos últimos duzentos anos pelos movimentos feministas, pois apesar de direitos sociais adquiridos, a mulher continua ainda vivenciando desvantagens em relação ao homem no universo profissional, e na família, embora os homens estejam mais participativos nas tarefas domésticas, ainda se atribui à mulher a maior responsabilidade, principalmente pela educação dos filhos e pelo acompanhamento dos idosos da família.

Tendo por base diferentes referências teóricas, este trabalho tenta compreender de que modo a Mulher evoluiu na sociedade e na família desde a Pré-história, Grécia e Roma Antigas, passando pela Idade Média, Renascimento, Iluminismo até ao Contemporâneo, fazendo ainda um paralelo entre a mulher ocidental e a mulher não ocidental.

| | | |
|--|--|--------------------------------|
| Ana Rebelo, Cláudia Soares dos Santos, José Manuel Esperto, Rosalina Lopes | Universidade Sénior do Montijo (UNISETI) | <i>A Saúde da Pessoa Idosa</i> |
|--|--|--------------------------------|

Nos tempos modernos a esperança de vida é cada vez maior e, por isso, há que proporcionar ao idoso uma melhor qualidade de vida.

Sendo este fenómeno um acontecimento generalizado por todo o Mundo, a verdade é que em termos de promoção da saúde do idoso e da sua qualidade de vida, as maiores semelhanças com Portugal encontram-se nos países latino americanos. Este trabalho visa mostrar alguns avanços, impasses e falhas que Portugal, a Europa e a América Latina têm revelado nas questões da promoção da saúde da pessoa idosa.

| | | |
|-----------------|----------------------------|---|
| António Caleiro | Dep. Economia/ Univ. Évora | <i>Quanto tempo demoram os licenciados em Sociologia pela Universidade de Évora a encontrar emprego? E os restantes licenciados pela Universidade de Évora?</i> |
|-----------------|----------------------------|---|

A avaliação das instituições de ensino superior irá, aparentemente dentro em breve, ser obrigatória. Independentemente de se tratar de uma auto-avaliação ou de uma avaliação externa, a sua realização será uma condição *sine qua non* para a acreditação dos estabelecimentos de ensino superior ou dos seus ciclos de estudos. Um dos critérios de peso nos resultados da avaliação será a empregabilidade dos diplomados por parte das diversas instituições de ensino superior (IES). Desta forma, interessa às IES, em termos gerais, e aos diversos departamentos, escolas ou faculdades das IES, em termos particulares, conhecer a integração dos seus diplomados no mercado de trabalho, por exemplo ao nível do tempo de espera, após a licenciatura, até à obtenção do primeiro emprego. Este trabalho pretende, assim, apresentar os resultados, no que a estas questões diz respeito, obtidos no âmbito do projecto ObseRegio, para os licenciados pela Universidade de Évora, realçando aqueles associados aos licenciados em Sociologia.

Palavras-chave: Empregabilidade; Instituições de Ensino Superior; Licenciados; Universidade de Évora.

| | | |
|--|--|---|
| Cláudia Soares dos Santos, Elvira Maria Gonçalves, Fátima Machado, Maria Judite Henrique, Maria Manuela Mendes | Universidade Sénior do Montijo (UNISETI) | <i>A Integração do Idoso numa Vida Activa: O Turismo Sénior</i> |
|--|--|---|

A reinserção dos mais velhos na vida social e a preparação para o envelhecimento é um problema que afecta todos os países ocidentais.

A desvalorização da experiência com base no saber, o desaparecimento do papel de idoso como conselheiro e as alterações ao nível das relações familiares, contribuíram para o agravamento do problema social da velhice por toda a Europa. É neste sentido que, por todo o Mundo, vão surgindo novos conceitos e novos apoios para esta faixa etária, como é o caso do Turismo Sénior.

O Turismo Sénior ainda não está muito divulgado em Portugal, ao contrário do que acontece com outros países do Norte da Europa

Este conceito propõe a oportunidade de conhecer outros destinos a preços promocionais e com programas adequados aos mais velhos, tendo como objectivo primordial atingir um pleno bem-estar e satisfação de forma a garantir uma boa qualidade de vida.

Este trabalho tenta mostrar a realidade do Turismo Sénior em Portugal em comparação com outros países da Europa, assim como sensibilizar para as mais valias deste novo conceito de turismo.

| | | |
|---|----------------------------------|---|
| José Coelho | Mestre em Sociologia/Univ. Évora | <i>Na Realidade Organizacional - O Desafio</i> |
| <p>Desconstruir os fenómenos – ler os factos – compreender as dinâmicas – orientar a acção</p> <p>Compreender as Lógicas de Acção dos Actores</p> <p>Através das Lentes da Sociologia</p> <p>Para Promover o Desenvolvimento</p> | | |
| Sónia Galinha(1), M.J. Loureiro(2) | (1)ESSE-IPSantarém, (2)UBI | <i>Intervenção em Contextos Geriátricos – da dimensão social à qualidade em Saúde</i> |
| <p>Introdução: O envelhecimento populacional tem provocado um aumento contínuo no número de idosos. O desenvolvimento cultural, a organização do trabalho e o progresso das ciências nomeadamente no plano das infecto-contagiosas tem provocado um significativo aumento da esperança média de vida. Segundo a American Medical Association White Paper on Elderly Health (Arch.Int.Med Vol.150 Dez 1990) em 1900 - 3 milhões de habitantes > 65 anos; 1985 – 28 milhões de habitantes > 65 anos; 2020 – 64 milhões de habitantes > 65 anos. Nos censos de 2001, no caso Português total de habitantes 10355824; (16,5% = 1702120 > 65 anos). Estima-se que nos próximos 20 anos o número de idosos deverá duplicar estabelecendo de forma definitiva uma verdadeira revolução demográfica. O envelhecimento traz, como duas das suas consequências 1) um aumento da prevalência dos problemas de Saúde característicos do idoso: doenças cardiovasculares, respiratórias, reumatológicas, diabetes e depressão, demências, entre outras, assim como 2) a necessidade da manutenção da saúde, da funcionalidade e da estimulação em idades avançadas. Este trabalho foi realizado na Grande Lisboa e teve por base do seu desenvolvimento o diagnóstico na pesquisa etnográfica. Metodologia- Objectivos: Este trabalho teve como objectivo caracterizar ao nível da saúde (OMS) os idosos inquiridos e desenvolver competências nas equipas multidisciplinares para uma visão sistémica e integradora da construção profissional do trabalho social no campo geriátrico. Participantes: Participaram neste estudo n 736 indivíduos > 65 anos (Idade média 67,8 – extremos 60 e 93 anos; 67,3% sexo feminino vs 51,2% sexo masculino, p<0.001). Instrumentos: Foi aplicada uma folha padrão de registo para dados biográficos, diagnóstico médico e cuidados hospitalares ou em ambulatório. Paralelamente, o processo de análise dos dados e as estratégias de validação da informação recolhida exigiu pela investigação qualitativa realizada no seu modo etnográfico uma reflexão permanente sobre o desenho, a colheita de informação e a análise dos dados recolhidos. Resultados: 93% dos indivíduos nacionalidade portuguesa, 38% viúvos, 16% residentes na habitação, 64% utentes de IPSS, 20% residentes valências iniciativa privada / média alta. Ao nível da trajectória biográfica, 63% dos indivíduos manifestaram presença de episódios depressivos ao longo da vida na presença de life events (acontecimentos de vida); 84% doenças físicas ou psíquicas. Quanto ao diagnóstico médico, os dados evidenciaram maioritariamente problemas cardiovasculares, respiratórios, digestivos, diabetes e Alzheimer. Os cuidados hospitalares ou em ambulatório incidiam no pós operatório, na saúde mental e na reabilitação / estimulação (sensorial - audição e visão), mobilidade, auto-estima, memória e resolução de problemas. No que concerne ao desenvolvimento da competência geriátrica das equipas do trabalho social obteve-se uma negociação permanente entre os profissionais envolvidos nos casos e a construção intraprofissional (percursos de formação), interprofissional (sistemas) e contextual (agir integrador Acção/Relação/Ser). Discussão: Cada vez mais as sociedades requerem uma observação e caracterização da saúde segundo a Organização Mundial da Saúde desta faixa etária em análise. Os dados obtidos evidenciam a importância do trabalho sistémico na manutenção da saúde, na manutenção da funcionalidade, na prevenção das doenças, na acção de ajuda, trabalho com famílias, apoio durante as doenças crónicas, terminais e cuidados paliativos. A valorização do Bem-Estar e da Qualidade e Vida pode considerar-se o grande desafio das sociedades modernas, num modelo holístico de Saúde, numa complexidade coerente com os conhecimentos mais actuais das diversas ciências que se ocupam do ser humano. Sugere-se um estudo mais alargado no campo da exclusão social.</p> <p>Referências:</p> <p>BENJUMEA, C (org) (1999) Salud y Enfermedad. Lecturas en sociología de la medicina. Yuluka: Editorial Universidad de Antioquia.</p> <p>JACOB, L. (2007). Animação de idosos. Lisboa: Ambar</p> <p>STRAUSS, A (1985). Social Organization of Medical Work. Chicago: The University of Chicago Press.</p> <p>STRAUSS, A (1992). La trama de la négociation. Sociologie qualitative et interactionisme. Paris : Logiques Sociales. L’Harmattan.</p> | | |

| | | |
|---|-------------------------------|--|
| Sónia Galinha(1), M.J. Loureiro(2) | (1)ESSE-IPSantarém, (2)UBI | <i>O contributo das variáveis familiares para o desenvolvimento psicossocial e ajustamento escolar</i> |
| <p>Introdução: Os pais e a família são o primeiro agente de educação. O ser humano nasce dentro dum núcleo familiar e é aí que começa a fazer os primeiros contactos para o exterior. Deste modo, os pais são os primeiros educadores da criança e que, ao longo da sua escolaridade, continuam a ser os principais responsáveis pela educação e bem-estar. Embora existam zonas que devem estar reservadas aos professores e que devem ficar privadas da interferência externa, tais como as que dizem respeito aos modelos pedagógicos e metodologias de ensino, o envolvimento parental na vida escolar é uma das formas de colaboração mais significativas. Entendemos a Família como uma parceria do processo educativo. O envolvimento parental refere-se a todas as formas de relacionamento entre a escola e os pais, nomeadamente a comunicação, o apoio ao estudo em casa e as actividades de voluntariado na escola. Já no jardim de Infância, as crianças têm oportunidade de ampliarem os seus conhecimentos e a sua criatividade sendo para isso importante que os pais participem activamente. O principio geral da lei Quadro 5/97 considera “a Educação Pré-Escolar como complementar da acção educativa da família com a qual deve estabelecer estreita relação” Esta afirmação demonstra a importância da relação com a família que se traduz no objectivo “Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efectiva colaboração com a comunidade”. Nos caminhos da adolescência, o Bem-estar psicológico em Crianças e Jovens é uma questão largamente complexa e a este enunciado corresponde o peso das variáveis socio-cognitivas e de contexto no desenvolvimento psicossocial e ajustamento escolar dos alunos. Metodologia- Objectivos: Este estudo teve como finalidade: promoção duma Escola Positiva. Objectivos: 1- promover a aproximação informal dos pais à escola e 2- Motivar a participação dos pais na vida académica dos filhos e 3- desenvolver comportamentos pró-sociais na escola e na comunidade. Participantes: Participaram neste estudo n 45 indivíduos adultos (pais) (Idade média 37,3 – extremos 30 e 43 anos; 78,3% sexo feminino vs 21,7% sexo masculino). E n 402 alunos (Idade média 12,1 anos de idade) Estratégias: Num cariz de intervenção socio-educativa foram convidados pelo Conselho Executivo do Agrupamento Vertical de Escolas todos os alunos e os pais de todo o universo dos alunos matriculados. As actividades de envolvimento dos pais situam-se em quatro áreas: 1.Voluntariado dos pais na Escola, no âmbito da organização duma reconstituição histórica século XVIII, que implicava a pesquisa documental, aquisição de tecidos e acessórios, adaptação / confecção dos fatos de época, gastronomia e culinária para a ceia, decoração de espaço do evento e logística relacionada com a participação dos protagonistas e convidados parceiros da escola / comunidade local; 2. Participação na divulgação de actividades e eventos no quadro informativo de parede e conselho redactorial do Jornal e da Rádio da escola; 3. Cooperação em actividades de biblioteca e jardinagem e 4. Educação Física para Pais e Alunos. Resultados: Os objectivos foram atingidos: Considerou-se significativa a aproximação dos pais à escola. Os pais revelaram gostar ir à escola dos filhos. Os dados evidenciaram que se verificou um aumento na motivação e participação dos pais na vida académica dos filhos. Desenvolveram-se comportamentos pró-sociais e verificou-se uma diminuição significativa de comportamentos disruptivos. Observou-se uma maior sensibilização para a vida em grupo, cidadania e valores. Discussão: Não constituindo um objectivo tratou-se de uma intervenção intergeracional e multicultural. As características específicas da intervenção em contexto escolar mobilizaram estratégias de solução de dificuldades de adaptação e comportamentos violentos. A gestão do conflito e os comportamentos ajustados revelaram-se superiores durante o ano lectivo. Os dados obtidos evidenciam a importância do trabalho de gestão sistémico na criação das parcerias sociais. Os dados evidenciam que é de extrema importância o estabelecimento de contactos diários alunos/pais para um ambiente mais securizante quer ao nível das tarefas de desenvolvimento humano quer no clima de escola. Alicerçado numa metodologia de trabalho de campo o estudo integrou a observação directa e participante das práticas e interacções dos actores e sugere um estudo longitudinal.</p> <p>Referências:</p> <p>MONTADON, C. PERRENOUD, P.(2001) Entre Pais e Professores, Um diálogo Impossível? Para uma análise sociológica das Interacções entre a Família e a Escola. Oeiras: Celta Editores.</p> | | |

Atelier 1.2 Cidadania, Defesa e Segurança

Moderadora Maria José Stock

Auditório

| | | |
|--|---|---|
| Filipa César | Mestre em Ciências da Educação/Quatenaire Portugal | <i>A Europa da União e da Diversidade: o processo de construção de uma cidadania europeia</i> |
| <p>Esta comunicação debruça-se sobre os novos contextos, valores e agentes com que a construção da cidadania europeia é actualmente confrontada, no intuito de compreender alguns dos factores que actualmente contribuem para a complexidade e evolução das propostas e recomendações da UE dirigidas aos sistemas educativos dos seus Estados-membros. Metodologicamente, a documentação oficial emitida pelos vários organismos que compõem a União Europeia e as suas instituições é minuciosamente analisada no sentido de identificar a forma como a educação e as questões da inter/multiculturalidade têm sido consideradas, abordadas e tratadas. Estas recomendações dirigidas aos sistemas educativos pretendem formar os cidadãos europeus do futuro, constituindo-se como ferramentas da construção de uma cidadania europeia transnacional.</p> <p>No mesmo sentido, e comparativamente, são consideradas e analisadas propostas alternativas de diversos autores que defendem a necessidade de construção de uma cidadania europeia multicultural, numa Europa cada vez mais alargada e marcada pela diversidade cultural interna onde, paralelamente, se têm vindo a acentuar fenómenos indiciadores de sentimentos xenófobos e racistas, mesmo em países tradicionalmente “tolerantes” e com alguma capacidade de integração como a Holanda.</p> <p>A educação tem sido um dos alvos preferenciais das recomendações institucionais internacionais no sentido de promover a tolerância entre os povos e o respeito entre culturas, já que a mudança das mentalidades é um processo lento, e a aposta incide assim na formação das futuras gerações. No actual contexto da União Europeia, em que se procura a construção de uma força política e económica alargada e coesa com protagonismo no panorama mundial, fala-se também da necessidade de constituição de uma nova cidadania europeia, sua base social de apoio e defensora dos seus interesses. O conceito de cidadania europeia tenta construir uma base social de apoio legitimadora através de uma nova identidade europeia, dado que a União Europeia se debate, desde sempre, contra o desinteresse e distanciamento das populações que a constituem, assim como com a necessidade de gestão da sua diversidade interna.</p> <p>Esta gestão passa pela promoção, a nível local, nacional e europeu, de projectos educativos marcadamente inter/multiculturais, que envolvam os diversos agentes (alunos, famílias, professores, escola, outras instituições e comunidade) na procura e descoberta das vantagens e da riqueza da diversidade, promovendo o respeito pelas diversas culturas coexistentes em cada escola e, pelo contacto com outras escolas, noutras regiões ou países europeus, no sentido da construção de uma cidadania sentida, responsável, participada e multidimensional: do local ao global. Este tipo de projectos torna-se tão mais necessário quanto mais se verifica e reconhece que quer a Europa quer cada uma das suas escolas são cada vez mais um mosaico de culturas.</p> | | |
| Jorge Cabaço | Mestrando em Ciência Política e Relações Internacionais/UNL | <i>A Segurança como Factor de Competitividade no Turismo</i> |
| <p>O binómio turismo e segurança, apresenta-se com peso crescente e como marca genética da atractividade dos destinos turísticos enquanto produtos. Tem-se consolidado e consensualizado como uma mais valia, geradora de vantagens competitivas, interessando os diversos públicos do sector turístico.</p> <p>A questão de segurança tem uma dimensão macro – como por exemplo o combate ao terrorismo, o tráfico de droga e a criminalidade organizada – aparecendo como “prato forte” da agenda para uma política europeia de segurança e defesa, em torno de um espaço penal comum europeu. Este pano de fundo apela para uma estratégia concertada local, regional, comunitária e internacional, tributária do princípio da subsidiariedade, onde cada decisão deverá ser tomada, ao nível, que se revelar ser mais eficiente.</p> <p>Em termos muito objectivos e pragmáticos, pode afirmar-se que o objectivo estratégico para todos os interessados, será o de proporcionar uma experiência turística segura e, de preferência, repetível.</p> <p>Ainda que Portugal seja, genericamente considerado um destino turístico seguro, apresenta, segundo alguns</p> | | |

autores, vulnerabilidades significativas tanto de ordem cultural como institucional; – falta-nos em termos substantivos – uma cultura de segurança.

O “Código Mundial da Ética do Turismo” de 1999 apresenta, de forma explícita, como destinatários e protagonistas do binómio turismo e segurança: os residentes, as autoridades públicas, os turistas, o trade em geral, assim como a imprensa.

Para um destino turístico como Portugal, é de todo o interesse, uma reflexão teórica e operacional sobre a segurança enquanto factor de competitividade do turismo.

Referências Bibliográficas:

Código Mundial de Ética do Turismo, Direcção-Geral do Turismo, Lisboa 1999.

D. Duval, C. Hall, D. Timothy, Safety and Security in Tourism: Relationships, Management, and Marketing, Haworth Press Inc., New York, 2004.

Y. Mansfeld, A. Pizam (Eds.) Tourism, Security and Safety: From Theory to Practice, Butterworth-Heinemann Ltd, London, 2005.

| | | |
|---------------------------|-----------------------------|--|
| Maria da Saudade Baltazar | Dep. Sociologia/Univ. Évora | <i>Segurança e Defesa: a multidisciplinaridade face à emergência de uma nova tipologia de fronteiras</i> |
|---------------------------|-----------------------------|--|

Os membros de qualquer comunidade organizada prosseguem objectivos comuns, os quais, naturalmente, irão contender com interesses alheios ou mesmo, nalgumas circunstâncias, contrariá-los.

O sistema internacional moderno, tradicionalmente baseado em Estados soberanos, evoluiu tendendo para uma maior complexidade, ao incluir, agora, a participação de novos actores. Nos dias de hoje, os Estados podem ver os seus interesses nacionais ameaçados, dadas as agressões em vasta escala com que se defrontam, e desencadeadas, até mesmo, em áreas muito afastadas das suas fronteiras geográficas.

Acresce ainda, o facto de que tais ameaças denotam um franco recrudescimento quer numérico quer tipológico, em que o terrorismo, ameaças resultantes das alterações climáticas, criminalidade organizada internacional, e, em particular, no espaço da União Europeia, o quadro alargado de livre circulação, o acréscimo de movimentos nacionalistas e de antagonismos civilizacionais, entre outros, tornam necessário o empenhamento conjunto de vários Estados.

Neste contexto de alteração e mudança permanentes, urge desenvolver a procura de novas respostas para as incertezas, cujos fenómenos emergentes impõem a evolução dos conceitos tradicionais de Segurança e de Defesa.

Decorrente desta breve contextualização, é objectivo desta comunicação contribuir para um maior entendimento acerca do perfil de risco da actual sociedade tendo por base a promoção de um diálogo de segurança e defesa pautado numa vontade esclarecida e informação actualizada e pormenorizada das principais questões do nosso tempo, de âmbito nacional, regional e planetário.

Relatando a experiência recente da frequência do Curso de Auditores de Defesa Nacional, pretende-se esboçar uma análise dos objectivos traçados para esta formação vs o perfil dos auditores com vista a identificar os potenciais efeitos desta formação no incentivo do diálogo político-militar, enquadrado pelo desempenho destes profissionais nas mais distintas áreas de especialização.

Em que medida a problemática da segurança e defesa nacional em Portugal tem vindo a ser fomentada pela existência deste curso, que se encontra instituído em todos os países democráticos?

Palavras-chave: Segurança, Defesa, Curso de Defesa Nacional, Portugal.

| | | |
|----------------|---|--|
| Patrícia Calca | Mestranda em Ciência Política/ISCSP-UTL | <i>Nas Fronteiras da Europa: Relações Internacionais e Segurança</i> |
|----------------|---|--|

(...) as circunstâncias mundiais desenvolveram uma interdependência tão severa que o Estado tende para mudar de natureza em obediência a um internacionalismo crescente. Foi clássica, em função do critério da soberania, a divisão dos problemas estaduais em internos, internacionalmente relevantes e internacionais. (*)

A realidade a que se chamou globalização, ou se preferirmos à boa maneira francesa – mundialização, tem prosseguido um caminho paralelo com as últimas evoluções da noção de Estado. Este, enquanto parte organizativa de uma sociedade, com ela evolui, por ela evolui e, influencia-a a evoluir.

Nesta questão em que a face e a coroa da moeda andam par a par, utilizando um conceito de conotação marxista, sublinhamos a mudança social enquanto motor da(s) metamorfose(s) na forma política do Estado. Há um esvaziamento da sua concepção que se fundou nas noções de Bodin e de Maquiavel. A complexificação, que a globalização torna mais visível, não é alheia a esta evolução estatal. Apesar do anterior, as Relações Internacionais, continuam a focar-se, em essência, no Estado, ainda que evolutivamente

o seu modus operandi se vá alterando.

Tendo como moldura de fundo a função da realidade supra-referida, neste “novo mundo” globalizado, a nossa comunicação vai de encontro às fronteiras da Europa, serpenteando no caminho que se estreita no seu “calcanhar de Aquiles” – os Balcãs. Num mundo de redes, as fronteiras no seu sentido mais tradicional, passaram a ter uma conceptualização, diferente. Realidades como a União Europeia (UE), ou outras associações de Estados, chamemos-lhe assim, redefiniram e ajudam a redefinir a aceção em causa.

Decorrente disto, pensarmos nas ideias de segurança e de defesa e, abordarmos os Balcãs como ponto geográfico de interesse imediato para as fronteiras de Portugal, remete-nos para aspectos situacionais e estratégicos essenciais da zona em questão. Ou seja, ainda que o nosso país não partilhe, enquanto soberania estatal, as fronteiras com os Balcãs, a verdade é que a sua pertença à UE sobrepõe às fronteiras do território português - as naturais, as fronteiras dos acordos e as da União. Tal ocorre, particularmente, porque em termos efectivos a Geografia, e tudo o que encerra, influi no percurso das sociedades, mesmo naquele que esbarra na realidade do conflito. São, quase sempre, os factos o que altera o decurso e o caminho dos conflitos, sejam eles de que natureza for, mas são sobretudo, os condicionalismos, territoriais ou não, e as conjunturas quem os propicia.

As situações de relevância na política interna e internacional prendem-se, cada vez mais, com as redes globais, quer elas sejam de associações “pacificas” como a OTAN ou de uniões “menos pacificas” como a Al-Qaeda, transmutam-se e actuam. Aqui, como em todas as outras áreas, a segurança e a falta dela prendem-se com circunstâncias espaciais e territoriais. O conceito de Barry Buzan de Complexo de Segurança Regional é convenientemente, neste ponto, evocado. Com isto quer-se dizer que há uma importância significativa na segurança ao nível regional, influenciadora, de maneira decisiva, da segurança internacional.

No “cozinhado” que apresentamos, com vista à futura comunicação, sublinha-se que são nas interligações referidas entre realidades como o terrorismo, o crime internacional, o tráfico de drogas e de pessoas e, os problemas ambientais, de entre outros, que se podem gerar situações de segurança, ou melhor, de insegurança. Estas, altamente complexas e propagáveis a níveis internacionais, uma vez que, num mundo globalizado tudo se torna mais fácil de espraíar.

(*) Adriano Moreira, Ciência Política, Almedina, Coimbra, 1997, p.345.

Palavras-Chave: Relações Internacionais; Estado; Segurança; Globalização; Europa; Balcãs.

Obras de Base:

BOBBIO, Norberto, Estado, Governo, Sociedade – Para uma teoria geral da política, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro – Brasil, 2004;

BUZAN, Barry, People, States & Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era, Harvester Whearshaf, Nova Iorque, 1991;

COHEN, Saul B., Geopolitics of the World System, Rowman & Littlefield Publishers, Inc., Maryland, 2003;

Heywood, Andrew, Politics, Palgrave Foundations, Londres, 1998, p.83;

KLARE, Michael T., Resource Wars – The New Landscape of Global Conflict, Henry Holt and Company, Nova Iorque, 2002;

LOROT, Pascal e François Thual, La Géopolitique, Montchrestien, Paris, 1997;

MOREIRA, Adriano, Ciência Política, Almedina, Coimbra, 1997;

SACHETTI, António Emídio, A Segurança e Defesa, Edições Culturais da Marinha, s.l., 2000;

STIGLITZ, Joseph, Globalization and its Discontents, Penguin Books, Londres, 2002.

Atelier 2.2 Cultura, Desenvolvimento e Turismo

Moderadora Maria do Rosário Borges

Sala 2

| | | |
|---|----------------------|--|
| José Hernández Mogollón , Ana Campón Cerro | Univ. de Extremadura | <i>El Turismo Idiomático en España</i> |
| El español es hablado por 400 millones de personas en el mundo, siendo oficial en 20 países, cifras que lo sitúa como la cuarta lengua más hablada. Ante esta situación, miles de personas deciden aprender español y para ello nada mejor que trasladarse a España. Esta asistencia a cursos de idiomas en el extranjero es lo que se ha venido denominando turismo idiomático o turismo de idiomas, encuadrándose dentro de una tipología más amplia como es el turismo cultural. Tradicionalmente la enseñanza de idiomas se ha considerado como una actividad educativa y cultural, pero es necesario reseñar su gran potencial como actividad económica, y | | |

en especial como actividad turística debido a los servicios a los que va unida, pues el turista que demanda esta actividad se comporta de modo similar al turista clásico (billetes de avión, transporte, alojamiento, excursiones,...). Esta concepción del idioma como recurso turístico es ampliamente utilizada en otros países como Alemania, Francia o Reino Unido, caso paradigmático este último, pues recibe cerca de 500.000 estudiantes al año. En cuanto a sus bondades, este tipo de turismo contribuye a suavizar el problema de la estacionalidad durante todo el año y favorece la desconcentración geográfica; sus estancias medias son superiores a las del turista tradicional (entre 3 y 4 semanas); y se trata de un turista fiel al destino. Turespaña (Instituto de Turismo de España) estima en 225 millones de euros el gasto total directo de este segmento turístico, pero su efecto multiplicador puede llegar a duplicar la cifra. El efecto producido en el empleo también es significativo pues unas 6.000 personas se encuentran empleadas en este sector.

La evolución del estudio del español en los últimos años ha sido imparable: en Estados Unidos se ha convertido en la segunda lengua más hablada y estudiada después del inglés, lo mismo ocurre en muchos centros educativos europeos donde el español supera en muchos casos al alemán, francés o italiano; y los países del Este se han convertido en un importante mercado emergente a este respecto por su interés en aprender nuevos idiomas que los pongan en contacto con los países más occidentales de la Unión. Además, España es uno de los países más solicitados para estudiar su lengua debido a los importantes activos turísticos que posee (culturales y naturales, oferta, clima, gastronomía, etc.).

En cuanto a la demanda de este turismo, según el estudio El turismo idiomático en España (Turespaña, Colección de Estudios de Productos Turísticos, Madrid, 2001) desde 1995 la demanda de estudiantes extranjeros de español ha experimentado un crecimiento constante entre el 7% y el 9% anual, registrándose al año unos 130.000 estudiantes, con unas estancias medias de entre 3 y 4 semanas (equivale aproximadamente a 500.000 turistas estándar). Los principales mercados emisores son Alemania (23,2%), Estados Unidos (13,4%), Francia (12,9%), Reino Unido (9,2%), Japón (7,9%) y Suecia (5,3%). El perfil mayoritario del turista idiomático es el de un estudiante universitario de entre 20 y 24 años, si bien también tiene peso el segmento de estudiantes de más edad (35 y 40 años) que aprende español por motivos profesionales. El gasto medio por estudiante se estima en 1.960 €, muy por encima del gasto medio del turista clásico en España (1.500 €). Los destinos favoritos de estos turistas son: Andalucía, Castilla y León, Madrid y Cataluña. En lo que se refiere a la enseñanza en los centros de idiomas, se divide la oferta en universidades públicas y en centros privados. En la actualidad 39 universidades públicas acogen al 20% de estos estudiantes. El 80% restante estudia en alguna de las 325 escuelas privadas existentes. Incluso ya existen algunos destinos especializados como Salamanca, Granada o Málaga que cuentan con una imagen consolidada en los principales mercados emisores. El creciente interés por este mercado se ha traducido en la firma de un protocolo en 2004 de cooperación entre Turespaña, Instituto Cervantes (institución pública para la promoción, enseñanza y difusión de la lengua y cultura española e hispanoamericana) y la Federación de Escuelas de Español como Lengua Extranjera (FEDELE) para apoyar la promoción y difusión del turismo idiomático en el extranjero. Las labores de comercialización son llevadas a cabo por agentes de viajes especializados y, por otro lado, el mejor escaparate para esta oferta son las ferias de turismo tanto a nivel general, como especializadas como son Expolangues en París o Expolingua (Feria Internacional de Lenguas, Cultura y Educación) con varias ediciones al año y que se celebra en diferentes países europeos.

El principal objetivo de la investigación que se plantea es poner de manifiesto la importancia del español como recurso turístico y sus grandes posibilidades de desarrollo a través del turismo idiomático. Para la realización de este estudio se ha optado por un trabajo en tres etapas. En primer lugar, se realiza un análisis de la situación a partir de una intensa labor de recopilación de información. Se recurre, en principio, a fuentes de información de datos secundarios (estudios, informes, estadísticas, publicaciones especializadas, etc.). También se requiere la obtención de información primaria a través, principalmente, de herramientas de investigación cualitativa como entrevistas a profesionales relacionados con esta actividad. En segundo lugar, se realiza un análisis e interpretación de la información recopilada. Finalmente, se procede a la interpretación de estos análisis y una aportación de recomendaciones y conclusiones finales en cuanto al tema abordado.

| | | |
|------------------------|--|---|
| Maria das Mercês Covas | Dep. de Ciências da Educação e Sociologia/FCHS Univ. Algarve | Intervenção Comunitária, Turismo e Saúde: temas de interface científica e novos desafios para a acção |
|------------------------|--|---|

Com esta comunicação pretende-se reflectir sobre a permeabilidade e complementaridade entre intervenção comunitária, saúde, cultura, desenvolvimento e turismo e sobre as inúmeras formas como se poderão desenvolver novas parcerias, sobretudo, de melhor qualidade, no que respeita a acções de intervenção comunitária. Ao longo do texto procura-se salientar como as problemáticas nelas envolvidas, assim como o aprofundamento do seu estudo, quer no domínio teórico, quer nos domínios da investigação empírica, do planeamento da intervenção e da acção, são matérias cada vez mais pertinentes, permeáveis, transdisciplinares, interdisciplinares e interactivas.

A saúde é, cada vez mais, um conceito complexo e um tema transversal. O entendimento actual da saúde não se limita à qualidade da herança genética nem aos cuidados individuais que cada um possa ter para

consigo; ela é, também, um dado cultural, um valor em si mesmo, um ideal da sociedade e da sua capacidade organizacional. A saúde, para além de ser um bem, um valor pessoal e societal, é, também, objecto de cultura, conhecimento, razão, atitudes, comportamentos e decisões. Nesta óptica, a saúde é vista como um acto de construção permanente. Ela resulta, em grande medida, da relação do homem com o meio, com a sua comunidade, com o espaço, com o tempo, com a ciência, com a tecnologia; em suma, com a cultura e a civilização. Tomada neste sentido, e assumindo-se que a saúde é, cada vez mais, uma procura construída pelo homem, pela comunidade e pela sociedade, tornou-se objecto de intervenção a vários níveis. Importa, apostar na rede e na melhoria da qualidade das parcerias que conjugam, em simultâneo, saúde, intervenção, participação, cultura, desenvolvimento e turismo.

| | | |
|----------------------------|--|---|
| Maria Elena Serrano Flores | Doutoranda na Universidad de Córdoba, CIIEMAD/IPN-México | <i>Efectos socio-economicos y culturales de la promocion del turismo en areas rurales. El caso del Ejido El Rosario, Michoacán(México).</i> |
|----------------------------|--|---|

El ejido El Rosario es una comunidad rural mexicana situada en una importante zona ecológica –bosque de oyamel- del Estado de Michoacán, México, que durante los meses de noviembre a marzo se convierte en importante refugio de la mariposa Monarca que llega a esta zona después de un recorrido de alrededor de 4,500 kms., proveniente de Canadá y los Estados Unidos. Estudios realizados desde 1937 tanto por investigadores de Canadá como de Estados Unidos de Norteamérica, así como acciones posteriores de la Unión Mundial para la Naturaleza (UICN), propiciaron que, en 1986 el gobierno mexicano emitiera un primer decreto definiendo 16,110 hectáreas de los bosques de esta zona como “Area Natural Protegida para los fines de migración, hibernación y reproducción de la Mariposa Monarca, así como la conservación de sus condiciones ambientales”. Este Decreto se amplía en el año 2000 a la protección de 56,259 hectáreas, instituyéndose como “Reserva de la biosfera Mariposa Monarca”.

Otrora comunidad forestal por excelencia, estos decretos presidenciales han convertido al bosque –de propiedad comunal- en un bien ecológico de carácter intocable que ha dejado a los propietarios del bosque – los ejidatarios asentados en la localidad rural de El Rosario-, sin la posibilidad de seguir contando con los ingresos económicos que generaban los aprovechamientos forestales, entre otros aspectos. A cambio se les ha ofrecido, tanto de parte de las instituciones gubernamentales nacionales y estatales como de organizaciones no gubernamentales extranjeras, diversos apoyos económicos, pero sobre todo se ha insistido y apoyado la promoción del turismo rural pretendiendo suplir la tradicional actividad agro-forestal de este ejido.

Estas medidas, aunadas a los programas políticos que han intentado aplicarse en la zona, han generado una modificación sustantiva tanto en la dinámica socio-económica como en la organización interna del ejido el Rosario, catalogado como uno de los santuarios más grandes de la Zona de la Reserva Mariposa Monarca.

A través de un análisis histórico-social del proceso que ha seguido el ejido El Rosario, y privilegiando la voz de los actores sociales rurales, se pretende mostrar que, en este caso, las políticas públicas enmarcadas en el discurso del desarrollo rural sostenible y de la conservación ambiental, destacando el peso que se le ha dado a la actividad turística en esta zona, lejos de promover nuevas formas efectivas de integración local y de conservación del ecosistema, han propiciado una dinámica de desintegración y conflicto social que se refleja en una descomposición de la unidad doméstica de producción campesina y una disgregación política al interior del ejido.

Interesante resaltar que aún con esos fenómenos de descomposición de la unidad de producción y la disgregación política, la comunidad ha sabido mantener cierta cohesión y lazos de solidaridad pero solo frente a las medidas gubernamentales.

Se presenta, por tanto, un balance de las modificaciones habidas en la estructura y dinámica socio-económica de los habitantes de este ejido y se hace énfasis en la importancia del respeto a los aspectos históricos y culturales en la implementación de proyectos de conservación ambiental. De la misma manera se intenta reflexionar sobre la viabilidad cultural de los proyectos de turismo en áreas rurales.

| | | |
|--------------------|-----------------------------|---|
| Maria Noémi Marujo | Dep. Sociologia/Univ. Évora | <i>Turismo e Organização de Eventos</i> |
|--------------------|-----------------------------|---|

Os eventos turísticos têm vindo a assumir, cada vez mais, um papel fundamental no desenvolvimento socio-económico de uma região ou localidade: Criam empregos directos ou indirectos; proporcionam uma melhoria da infra-estrutura básica e turística e fomentam o intercâmbio entre turistas e anfitriões. Constituem também um forte instrumento para a promoção de um destino e para a captação de turistas. De facto, para aquelas regiões que possuem uma ociosidade na sua actividade turística, a realização e promoção de eventos propicia um aumento na taxa ocupacional das unidades hoteleiras.

Contudo para que os eventos turísticos, sobretudo os eventos culturais, tenham um papel relevante no desenvolvimento regional ou local é necessário que a comunidade anfitriã obtenha benefícios, e que possa

participar no planeamento, organização e realização desses mesmos eventos. Saliente-se que os eventos culturais podem ser um elemento valorizador das tradições locais, mas também podem afectar a vida social e cultural da população local.

É importante reconhecer o impacto do evento na comunidade anfitriã e o mérito dela participar nele. Pois, aqueles destinos que produzem eventos com o único objectivo de atrair turistas correm o risco de obter resultados artificiais e, claro, a rejeição por parte dos habitantes locais.

Palavras-chave: Turismo, Eventos, Comunidade Anfitriã, Turistas.

| | | |
|-----------------|-----------------------------------|--|
| Mónica de Brito | Doutoranda em Turismo/Univ. Évora | <i>O estudo do futuro: uma ferramenta para o planeamento turístico – uma aplicação do método dos cenários e do método Delphi ao turismo do Alentejo.</i> |
|-----------------|-----------------------------------|--|

A visão prospectiva nasce como alternativa à visão tradicional do planeamento.

Trata-se de planear, mas lidando com uma realidade turbulenta e em constante mutação, de forma a assumir uma postura pró-activa. Os cenários são um dos métodos que viabilizam a previsão do futuro, e a sua construção a partir da operacionalização do método Delphi, uma via qualitativa, revela-se particularmente adequada ao turismo, um sector fortemente globalizado e cuja dinâmica é condicionada por imponderáveis como o terrorismo, as catástrofes naturais e as epidemias. A aplicação destes métodos ao turismo do Alentejo poderá constituir uma via para que se encontre no futuro as ambições do presente.

Palavras-chave: planeamento turístico, prospectiva, método dos cenários, método Delphi

Atelier 3.2 Família, População e Saúde

Moderadora Rosalina Costa

Sala 3

| | | |
|------------|--|---|
| Élia Paiva | Doutoranda em Sociologia/FCSH-UNL/EHESS, Fórum Sociológico | <i>“Não censure dor alheia quem nunca dores sentiu”: O princípio pragmático da humanização na relação profissional-doente numa Unidade de Dor</i> |
|------------|--|---|

As reflexões sociológicas em discussão nesta comunicação partem da eleição, enformada pelo trabalho de terreno, do princípio da humanização como o ângulo sociológico de entrada para a investigação do trabalho especializado em dor crónica das Unidades de Dor hospitalares. Assim, levantamos como hipótese de que a especialização em dor crónica levado a cabo pelas equipas multidisciplinares em Portugal faz-se pelo princípio da humanização.

Para tal propomos uma discussão da humanização enquanto princípio pragmático, seguindo a proposta apresentada pela sociologia pragmática, que nos incita a compreender os caminhos da (des)humanização em dor crónica e não a procura de uma definição do conceito. Trata-se de encarar a humanização enquanto modalidade pragmática suportada por diversos dispositivos na e pela acção, compreendendo os movimentos, as posições, as argumentações e a sua economia de conjunto.

Graças ao potencial heurístico da proposta da sociologia pragmática, abrimos espaço quer para situações de retorno ao projecto da humanização em situações potencialmente ou efectivamente desumanizantes, quer para a análise das tensões e contradições no interior do próprio projecto de humanização em dor crónica em curso.

Segue-se um exercício para a estabilização da gramática pragmática da humanização em dor crónica na gestão quotidiana do envolvimento e da distanciação na relação profissional-doente: os critérios do perfil para o recrutamento dos profissionais para uma Unidade de Dor; a introdução de profissionais fora da esfera médica para o trabalho em equipa multidisciplinar; o trabalho de distanciação e de aproximação do tratamento especializado em dor crónica em relação à medicina em geral; o processo de caracterização dos doentes pelos profissionais de saúde; o lugar do estado emocional no trabalho especializado em dor crónica; a personalização dos instrumentos de medida da intensidade da dor; o trabalho de valorização da dimensão temporal e da escuta do doente; a negação da existência de «doentes mentirosos»/a questão de «acreditar sempre no doente».

Discutiremos a economia de conjunto dos dispositivos pragmáticos para a humanização nos cuidados em dor crónica, atentando, nomeadamente às estratégias de retorno ao projecto da humanização, quando, por exemplo, uma modalidade pragmática para a humanização dos cuidados desliza para uma situação desumanizante e para a qual está prevista uma resposta face ao seu factor potencial de desumanização.

Em última análise, trata-se de compreender a humanização como uma nova maneira de avaliar o doente – «bom doente», «doente problemático e difícil» – tendo em conta o seu posicionamento face aos dispositivos pragmáticos de humanização propostos e colocados em prática na Unidade de Dor onde é tratado.

| | | |
|--|--|--|
| Lurdes Teixeira | IPSaúde do Norte | <i>Ditos e entreditos da Medicina Convencional e Alternativa</i> |
| <p>Num tempo em que a medicina se encontra cada vez mais governada pelo primado da tecnologia e se vai afastando dos princípios hipocráticos de relacionalidade e comunicabilidade, apresenta-se os resultados de uma investigação(*) sobre comunicação em saúde em duas unidades distintas de prestação de cuidados de saúde: o centro de saúde e a clínica de medicina alternativa, procurando confrontar-se as praxis comunicacionais de médicos e terapeutas.</p> <p>A importância da comunicação na prestação de cuidados de saúde é largamente reconhecida por profissionais e doentes. Porém, as práticas, os cuidados, as instituições e os profissionais parecem estar, não raras vezes, dominados por outras preocupações. Assim, na era da comunicação, a medicina dita convencional comunica cada vez menos com os pacientes, sendo esta uma das principais razões para a procura das terapias ditas alternativas. Recorrendo a um estudo de caso, coloca-se em análise os modus comunicacionais de médicos e terapeutas – uns pertencentes à medicina convencional, e integrados no serviço nacional de saúde e outros pertencentes à medicina alternativa, e ainda não reconhecidos legalmente.</p> <p>A verbalidade e as estruturas e sub-estruturas simbólicas do uso da língua usadas nos desempenhos comunicacionais evidenciam que o médico do centro de saúde usa formas interlocutórias impositivas, permissivas e inquisitivas e o terapeuta recorre a uma discursividade de proximidade, de paridade e de co-participação, originando-se modelos distintos de relação dialogal no centro de saúde e na clínica de medicina alternativa: no primeiro, conclui-se pelo predomínio de uma relação médico/doente do tipo dominador/dominado, marcada por distribuições e atribuições assimétricas de poder, o que vai de encontro à perspectiva de vários autores (Parsons: 1951; Goffman: 1961; Watzlavick: 1967; Foucault: 1973; Kerbrat-Orechion: 1992); no segundo, não existem marcadores claramente distanciadores dos interlocutores, o que nos levou a classificar a relação de para-simétrica, na qual se realça um processo de fusão do EU no TU, acabando por construir um NÓS textual, predominante ao longo da interação.</p> <p>(*) Realizada no âmbito da dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Universidade Aberta, Porto.</p> | | |
| Maria Leonor Sampaio | Doutoranda em Sociologia da Saúde/FCSH-UNL | <i>A lógica do diagnóstico médico. Da imbricação moral, emocional e racional na sua constituição</i> |
| <p>No presente artigo, que constitui uma reflexão no decurso da elaboração da dissertação de doutoramento, tencionamos aproximar-nos da lógica da elaboração da decisão médica, do diagnóstico. Mas como falar de lógica do diagnóstico quando os médicos se habituaram a olhá-lo mais como uma arte, uma intuição ou simplesmente um golpe de bom senso, havendo, por outro lado, quem o encare como o resultado de um processo de classificação (Clouser, 1985: 36) ?</p> <p>Sendo consensual que na constituição do diagnóstico são convocados, consciente ou inconscientemente uma série de registos cognitivos científicos, morais, éticos e mesmo de senso comum, poderemos interrogar-nos sobre a fiabilidade do diagnóstico, nomeadamente quando o quadro clínico não se apresenta evidente e o julgamento é feito com base em probabilidades prévias.</p> <p>Quais os custos que advêm em termos de dor, sofrimento, perdas de vida, despesas, atrasos no tratamento, etc, pelo facto de se rotular uma condição como doença quando não a é ou, inversamente, ao não se considerar uma situação como doença quando efectivamente ela existe?</p> <p>O contexto de modernidade tardia em que vivemos (Giddens, 1992), proporcionou o aumento do grau de controlo que os Estados-nação em geral e as profissões médicas em particular conseguem exercer sobre os corpos dos seus cidadãos (Schilling, 2000). O desenvolvimento das novas tecnologias colocam à disposição da ciência médica uma panóplia de instrumentos de apoio à medida e construção do diagnóstico, entre elas a utilização do computador. Há, no entanto, quem receie que, com a sua utilização, se corra o risco do médico se tornar um simples técnico de leitura de diagnóstico. Em situação de consulta, na relação de face a face, o médico pode compreender as pistas através da escolha das palavras do paciente, da sua expressão facial, dos seus gestos, dos seus movimentos e das suas mensagens subliminares (Goffman, 1974). Através de um maior ou menor envolvimento (Elias, 1997), o médico pode criar empatia com o estado emocional do doente e procurar compreender a forma como o paciente interpreta a sua doença, abrindo caminho a um maior conhecimento e elaborando uma mais completa história clínica. Quais os factores que o levam a descurar a anamnese?</p> <p>Palavras-chave: diagnóstico; julgamento; probabilidades prévias; envolvimento; anamnese.</p> <p>Referências bibliográficas</p> <p>CLOUSER, K. Danner (1985), «Approaching the Logic of Diagnosis» in Kenneth F. Schaffner, <i>Logic of Discovery and Diagnosis in Medicine</i>. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, pp. 35-55.</p> | | |

ELIAS, Norbert (1997), *Envolvimento e distanciamento*. Lisboa: Edições D. Quixote.

GIDDENS, Anthony (1992), *As Consequências da Modernidade*. Oeiras, Celta Editora.

GOFFMAN, Erving (1974), *Les rites d'interaction*. Paris : Les Éditions de Minuit.

PHARO, Patrick (2004), *Morale et sociologie*. Paris, Éditions Gallimard.

SCHILLING, Chris (2000), *The Body and Social Theory*. London, Thousand Oaks, New Delhi: SAGE Publications.

Atelier 4.2 Organizações, Qualificação e Emprego

Moderador Carlos Alberto da Silva

Sala 4

| Domingos Braga | Dep. Sociologia/Univ. Évora | <i>A inovação e o empreendedorismo transpondo fronteiras</i> |
|---|-----------------------------|--|
| <p>Numa aproximação teórica à problemática da inovação e do empreendedorismo procuramos fazer referência a um conjunto de factores de motivação do «espírito empresarial», tanto aqueles que estão mais directamente ligados à pessoa do criador (motivações internas), como outros factores de motivação mais relacionados com o contexto em que o empreendedor se encontra inserido. As abordagens referem que os factores de motivação interna, por vezes, não bastam para originar a criação. O contexto e a cultura empresarial que caracteriza e distingue um determinado território, poderá ele próprio ser o principal factor catalisador ou inibidor na difusão do «espírito empresarial». Assim, no acesso à actividade empresarial e no processo de criação de empresas, alguns trabalhos têm procurado encontrar um conjunto de traços de personalidade que distinguem o empresário ou o empreendedor do cidadão comum, outros salientam as insuficiências na comprovação empírica destas teses, enquanto que outros referem que o fenómeno da criação não resulta apenas da personalidade específica do criador, mas também do próprio contexto e do resultado das suas diversas influências.</p> <p>Alguns autores ao falarem da função empresarial (como Schumpeter, Leibenstein, Druker, Boutillier e Uzunidis) distinguem uma função mais «rotineira» ou «convencional» de uma de «tipo novo», «inovadora» ou «convencional». A primeira é considerada como «rotineira» por caracterizar em especial as actividades relativamente bem conhecidas, com pouco capital de conhecimentos e de informações e recorrendo a uma rede de relações relativamente pouco alargada (sobretudo familiares e amigos). O empresário de tipo «inovador» pressupõe a criação de novas actividades empresariais (novos produtos e serviços), sem que todos os mercados ou processos de produção sejam inteiramente conhecidos no meio empresarial em que estão inseridos. Geralmente, recorrem a um capital de conhecimentos bastante alargado e aberto, o que lhes permite fazer dos contactos com o exterior e com os mercados externos uma forma dinâmica e inovadora de assegurar o desenvolvimento económico da empresa.</p> <p>Na análise desta problemática importa referir a abordagem interdisciplinar proposta por Denis Maillat sobre o perfil típico das pequenas e médias empresas inovadoras. Segundo este autor, as empresas inovadoras distinguem-se das de tipo rotineiro por apresentarem um conjunto de características principais. Em primeiro lugar pela personalidade do seu empresário, que entre as várias qualidades apontadas, salienta-se o seu know-how económico (capacidade de detecção de oportunidades, de desenvolvimento de estratégias e de identificação de recursos) e o seu know-how relacional (capital de relações pessoais, profissionais e institucionais).</p> <p>Por outro lado, as empresas inovadoras caracterizam-se também pela própria organização interna onde se destaca a importância dada às actividades que não estão directamente ligadas à produção, ou seja, pela importância que atribuem ao chamado «staff terciário» altamente qualificado que a empresa tem ao seu serviço ou a que recorre externamente. Em consequência, uma outra característica tem a ver com a organização da mudança e a utilização de um capital de relações e recursos externos bastante importante. Para estas empresas, a mudança é encarada como uma oportunidade, um risco e um desafio que deve ser agarrado com vontade e determinação. Trabalhar com a mudança exige também uma enorme abertura face ao exterior através da implementação frequente de contactos formais e informais com entidades externas (peritos, consultores, centros de investigação, universidades, etc.) para o acesso à informação considerada como fundamental para a empresa. Por último, as empresas inovadoras caracterizam-se também pela sua abertura aos mercados externos e à exportação.</p> <p>Com base nestes vários contributos teóricos sobre o empreendedorismo e a inovação, este trabalho procura caracterizar e contextualizar particularmente o fenómeno do empresariado imigrante na região do Alentejo.</p> | | |

| | | |
|--|--|---|
| João Fernandes, Sérgio Canaverde, Daniela Eleutério | NESUE/Univ. Évora | <i>NESUE: Dinâmica, Inovação e Participação</i> |
| <p>Tendo em conta o actual paradigma de Bolonha e a preocupação com o futuro da Sociologia e seus alunos, pretende-se reforçar a importância de haver uma organização de apoio e empreendedora das ideias, motivações, aspirações e problemas dos alunos.</p> <p>O NESUE desde a sua criação terá como objectivos unir, motivar, incentivar, inovar, apoiar e perceber as melhores formas e mecanismos para o bem-estar dos alunos e da Sociologia na Universidade de Évora bem como em outras fronteiras.</p> | | |
| José Afonso Roberto, Maria Margarida Saraiva, Jorge Luis Casas Novas | Dep. Gestão/Univ. Évora | <i>Transpondo fronteiras à luz do novo paradigma de Bolonha?</i> |
| <p>O ensino superior europeu está a passar por transformações que envolvem mais de 5600 instituições e 29 milhões de estudantes. Com o objectivo de apoiar a mobilidade na Europa e no resto do Mundo, ambiciona-se criar, antes de 2010, uma vasta área, onde princípios comuns serão aplicados em todas aquelas instituições.</p> <p>Na sequência da Declaração de Bolonha, o processo em direcção à criação de um Espaço Europeu de Educação Superior tem sido marcado por uma clarificação e ordenação de objectivos, sucessivamente estabelecidos em Praga (2001), Berlim (2003) e Bergen (2005).</p> <p>Esta ambiciosa iniciativa tentará também responder a questões sociais e desafios económicos, de modo a garantir a qualidade da educação, a capacidade da investigação e a empregabilidade dos diplomados. O processo encontra-se na fase de implementação e o seu desenvolvimento dependerá da capacidade dos países, das instituições e dos restantes actores envolvidos.</p> <p>Tal como a maior parte dos países europeus, as instituições portuguesas estão empenhadas nas adequações curriculares e na implementação das ferramentas concretas que foram desenvolvidas para facilitar o reconhecimento dos graus e qualificações académicas, a mobilidade, a empregabilidade, etc. Apesar destes esforços, acredita-se que a concretização do processo estará fortemente dependente das redes de relações com os stakeholders do mesmo, como é o caso das entidades empregadoras (empresas e outras organizações).</p> <p>Em vez de centrarem atenções no tradicional sistema de educação público, as instituições de educação superior focalizar-se-ão na construção de um sistema de aprendizagem e no conjunto de competências a oferecer (e.g. iniciativa, adaptabilidade, flexibilidade, capacidade de comunicação) que facilitarão a integração dos graduados no mercado de trabalho, mesmo em áreas diferentes da sua formação específica. A integração no mercado de trabalho é, pois, uma questão central do Processo de Bolonha, e foi considerada na reorganização dos actuais planos de curso adequados a esse Processo.</p> <p>Nesta medida, foi iniciado um projecto de investigação (com a duração de três anos) com o objectivo de identificar (1) o impacto das adequações curriculares ao Processo de Bolonha nos mercados de trabalho; (2) a aceitabilidade, junto dos empregadores, no que concerne aos resultados da adequação às regras de Bolonha, nomeadamente por comparação das competências dos futuros diplomados com aquelas que, até aqui, eram promovidas pelo sistema educativo; (3) os impactos esperados em termos de taxas de empregabilidade imediata, após a conclusão dos dois primeiros ciclos de formação superior; e (4) as expectativas dos estudantes em processo de transição para planos de formação adequados a Bolonha relativamente à empregabilidade futura.</p> <p>Para cumprimento dos objectivos propostos, e na expectativa da obtenção de informação relativa a determinados aspectos práticos associados ao desenvolvimento do Processo de Bolonha, foi inicialmente realizado um inquérito junto de graduados em ciências económicas e empresariais, que frequentam os cursos de Mestrado em Gestão e em Economia da Universidade de Évora.</p> <p>O principal objectivo da presente comunicação é a apresentação dos resultados preliminares deste inquérito, e bem assim das ilações que, desde já, podem ser extraídas do processo em curso.</p> | | |
| José Rebelo dos Santos(1), Maria Filomena Mendes(2) | (1) ESCE-IPSetúbal, (2)Dep. Sociologia/Univ. Évora | <i>Qualificações Académicas como chave para a entrada no mercado de trabalho: Constatações a partir da análise dos Inquéritos ao Emprego de 1998 a 2004</i> |
| <p>As qualificações académicas constituem um factor diferenciador no sentido quer da empregabilidade quer do próprio rendimento do trabalho. Embora a revisão da literatura permita evidenciar que são os mais qualificados aqueles que mais facilmente se encontrarão na condição de empregados, o facto é que é recorrente na comunicação social a alusão, nem sempre devidamente enquadrada, ao elevado crescimento percentual do desemprego de licenciados. A questão é que sendo a base de partida muito baixa, qualquer</p> | | |

aumento se traduz percentualmente num valor elevado.

A comunicação a que nos propomos tem por objectivos:

- verificar a relação entre qualificações académicas e emprego;
- verificar a relação entre qualificações académicas e desemprego.

A hipótese de partida é que quanto mais elevadas são as qualificações académicas, maior é a probabilidade de se estar empregado.

Em termos metodológicos vamos recorrer aos dados dos Inquéritos ao Emprego (da responsabilidade do INE) dos quartos trimestres de 1998, 2000, 2002 e 2004 para através de análises logit binomiais comparar as probabilidades de se estar empregado e desempregado de acordo com qualificações e grupo etário; numa 2ª fase pretendemos verificar em termos evolutivos as alterações registadas no período em apreço.

As variáveis consideradas são: “empregado” e “desempregado” (variáveis dependentes); “nível de instrução” e “grupo etário” (variáveis independentes).

Em termos de resultados esperados pressupõe-se que o percentual de empregados aumenta com o nível de instrução e ao invés aumenta o percentual de desemprego com a diminuição do nível de instrução; pressupõe-se ainda que seja nos grupos etários mais jovens que esta situação se evidencie menos; em termos evolutivos e não obstante o período em análise ser de apenas de seis anos, espera-se uma diminuição da relevância da instrução superior para a obtenção de emprego.

Palavras-Chave: emprego, desemprego, qualificações académicas, grupo etário e logit binomial

| | | |
|-----------------|--------------------------------------|--|
| Lourenço Frazão | Doutorando em Sociologia/Univ. Évora | <i>Empreendedorismo e abandono académico que relações?</i> |
|-----------------|--------------------------------------|--|

A transição dos estudantes para o ensino superior e, posteriormente, as experiências vivenciadas e as dificuldades de integração social e académica desses jovens são actualmente objecto de investigação por parte de disciplinas académicas diferentes.

A grande expectativa das famílias e dos jovens da sociedade portuguesa é obterem uma qualificação superior. Todavia, os dados conhecidos sobre o abandono no Ensino Superior é de 40,4% (OES, 2006), (INE, 2003), contudo dados referidos pelo Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior apontam para 45,0% (Heitor, 2006). Paralelamente, com a taxa de desemprego a aumentar e a atingir os próprios licenciados pergunta-se, que alternativas se colocam aos jovens que por diferentes razões decidem abandonar o Ensino Superior?

Efectivamente, estes resultados são preocupantes pois têm repercussões não só para as finanças públicas e para os estudantes enquanto pessoas e futuros recursos qualificados, mas também para as famílias, para as instituições, para o desenvolvimento e para a competitividade do país.

A par destas implicações, agravadas pela quebra demográfica, o abandono académico é uma questão preocupante em termos das repercussões psicológicas e sociológicas nos jovens e no impacto social.

Sendo um problema de natureza complexa, o abandono académico afigura-se um assunto institucional e politicamente relevante (Yorke & Longden, 2004) pelo que, não se compreende a escassez de estudos por parte da comunidade científica portuguesa que permitam conhecer e relacionar, os diferentes factores que conduzem ao abandono académico com o comportamento empreendedor dos estudantes.

O empreendedorismo é entendido como um fenómeno que na actualidade pode contribuir, através da inovação e da criatividade, para o desenvolvimento da economia e atenuar os conflitos sociais decorrentes do crescimento do desemprego. Apenas 4% da população portuguesa entre os 18-64 anos desenvolve uma actividade empreendedora (GEM, 2004) pelo que o contributo da universidade pode ser decisivo em termos de formação ao longo da vida e no desenvolvimento do comportamento empreendedor, que permitam aos indivíduos e às organizações lidar com a incerteza e a complexidade (Gibb, 2002a) nos seus diferentes aspectos da vida e responder às necessidades e expectativas profissionais dos estudantes. Na verdade, o estudante com comportamento empreendedor ao precisar de realizar e esperar pela conclusão do curso afigura-se, na perspectiva destes, um percurso fastidioso e até desnecessário. Estas questões associadas às características pessoais e à perspicácia para identificar oportunidades inovadoras, não se coadunam com o tempo necessário para a aquisição de conhecimento teórico promovido pela universidade, conduzindo estes estudantes ao abandono académico para concretizar a sua realização pessoal e profissional.

Existem abordagens múltiplas e razões diversificadas que conduzem os estudantes ao abandono académico, não referindo os estudos conhecidos qualquer referência à relação entre este facto e o comportamento empreendedor.

Pretende-se estudar quais as possíveis relações do comportamento empreendedor nas decisões conducentes ao abandono académico. Para desenvolvermos tal propósito e compreender as diferentes razões que

conduzem os estudantes a abandonar o Ensino superior, pretende-se analisar contextos culturais e realidades sociais diferentes vivenciadas pelos estudantes da zona litoral e do interior alentejano que influenciam o comportamento empreendedor, em prol de uma carreira empreendedora e de realização pessoal e profissional como alternativa à obtenção de um curso superior.

De modo a responder à questão, aos objectivos formulados no projecto pretendemos desenvolver um estudo empírico, de índole qualitativa centrada numa abordagem multimetodológica do tipo correlacional, com professores e estudantes da universidade de Évora e Aveiro em número a definir.

Apresentação de Posters

Átrio inferior do Auditório [em permanência]

16:30 | Sessões Paralelas III

Atelier 1.3 Cidadania, Defesa e Segurança

Moderador José Eliseu Pinto

Auditório

| | | |
|---|--------------------------------------|--|
| Cristina Granado | Instituto Piaget de Almada | <i>Democracia em Portugal: o Orçamento Participativo como política de participação ao nível do poder local</i> |
| <p>A presente intervenção tem como principal objectivo descrever empiricamente alguns resultados referentes à participação do cidadão no processo do orçamento participativo da autarquia de Palmela. Estes são os resultados preliminares de uma pesquisa em curso no âmbito do doutoramento em sociologia.</p> <p>Parece-nos no entanto pertinente começar por referenciar a problemática da investigação e contextualizar a emergência do Orçamento Participativo e em que consiste para a compreensão do nosso objecto de estudo.</p> <p>A problemática inscreve-se no domínio da democracia e da participação dos cidadãos ao nível local, privilegiando neste debate as formas de participação nos processos de produção de uma legitimidade pública do poder político.</p> <p>Ao eleger como objecto de estudo uma política de participação accionada pelo poder político, pretendemos responder a duas questões:</p> <p>Quais os factores que levam o governo local a desenvolver uma política de participação da sociedade civil na definição das prioridades de investimento municipal? E em que medida a participação do cidadão no contexto do Orçamento Participativo influencia o processo de decisão e contribui para o reforço da legitimidade do sistema democrático e eficácia da gestão pública local?</p> | | |
| José Manuel Saragoça | Dep. Sociologia/Univ. Évora | <i>Contributos para uma análise das políticas públicas de inclusão em Portugal</i> |
| <p>Em 1998 deram-se, em Portugal, com os projectos-piloto financiados pela Intervenção Operacional telecomunicações através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, os primeiros passos nas políticas públicas para a "Sociedade da Informação". Aqui, como noutros países, as chamadas políticas de "inclusão digital" começam por reflectir sobretudo o interesse de fabricantes de hardware e software interessados na ampliação do seu mercado, ou seja, na "inclusão" de mais indivíduos na categoria de "utilizadores". Contudo, mais que a inclusão "no digital", o desafio global é, hoje, o desafio da "inclusão no conhecimento", ou seja, em cadeias produtivas de conhecimento que se afirmam como a principal via de acesso a oportunidades de emprego, rendimento e investimentos, já que se a inclusão "pelo digital" acontecer com o objectivo de incluir cada indivíduo "no conhecimento", esse indivíduo ficará com as competências que lhe permitem não só produzir valor, participando do processo de inovações tecnológicas, como também participar da valorização de competências associadas ao trabalho em rede e à concretização de uma "nova" cidadania.</p> <p>Partindo da discussão dos conceitos de "inclusão social", "inclusão digital" e "sociedade do conhecimento", este texto reflecte sobre as políticas públicas tendentes à concretização duma "sociedade do conhecimento inclusiva" que nos últimos anos e actualmente estão a ser promovidas em Portugal.</p> <p>Palavras-Chave: inclusão digital; inclusão; inclusão na sociedade do conhecimento; políticas públicas.</p> | | |
| José Nuno Matos | Mestre em Ciência Política/ISCSP-UTL | <i>Demolições sem realojamento: exclusão ou estado de excepção?</i> |
| <p>O termo "exclusão social" constitui um traço insofismável do actual discurso sócio-político, referindo-se a um conjunto de fenómenos, como o desemprego, a precariedade, ou a pobreza, que incapacitam o exercício</p> | | |

da cidadania.

A investigação a que nos propomos reside numa questão essencial: até que ponto é que as pessoas que padecem dessas lacunas se encontram realmente excluídas da sociedade, ou se, pelo contrário, pertencem sem ser incluídas, numa lógica de excepção.

Partindo dos conceitos propostos por Giorgio Agamben, consideramos que não há vida que consiga escapar dos processos de objectivação dos poderes soberanos. Como tal, a exclusão é impraticável. Nas suas próprias palavras “o que é decisivo é o facto do (...) espaço da vida nua, situado originalmente à margem da ordem jurídica, vir progressivamente a coincidir com o espaço político, de tal modo que exclusão e inclusão, interior e exterior, bios e zôe, direito e facto entram num terreno de irreduzível indistinção”(*).

As demolições sem realojamento realizadas em vários bairros sujeitos ao Programa Especial de Realojamento (PER) – objecto do nosso estudo – espelham a contradição existente entre a pertença social (materializada por exemplo no pagamento de impostos ou nos descontos para a segurança social) e a inclusão (usufruto de direitos, como o de habitação), paradoxo este que parece confluir num terceiro termo “apresentado, mas não representado (que pertence sem ser incluído)”(**).

Esta condição tende a identificar-se com a ideia de denizen (em oposição a citizen), proposto por Thomas Hammar e relativa a todo um conjunto de não cidadãos residentes, essencial à análise da realidade sócio-política da pós-modernidade.

(*). Giorgio Agamben, *O Poder Soberano e a Vida Nua*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pg.18

(**) Idem, pg.33.

Atelier 2.3 Cultura, Desenvolvimento e Turismo

Moderador Mário Nogueira

Sala 2

| | | |
|--|---|--|
| Eduardo Figueira(1), José Manuel Candeias(2) | (1)Dep. Sociologia/Univ. Évora, (2)ECO- HUMANUS | <i>Capital Social e Participação Local. Um caso de "empowerment" no Alentejo Central</i> |
| <p>O Desenvolvimento Sustentável pode ser definido como um processo através do qual as gerações futuras recebem tanto ou mais capital do que aquele que a presente geração tem disponível (Serageldin, 1996). No quadro deste conceito, o processo de Desenvolvimento social assenta em três tipos de capital: (1) natural, (2) produzido e (3) humano. Contudo, estes três tipos de capital determinam apenas parcialmente aquele processo uma vez que a forma como os actores sociais se organizam e interagem entre si para promover desenvolvimento não é tomada em consideração. Assim, àqueles três tipos de capital é necessário acrescentar um quarto: o capital social. Este tipo de capital assume que as redes sociais têm valor em si mesmo. Isto significa que o capital social é constituído pelo valor das redes sociais e do potencial que têm para fazer coisas para a colectividade e para cada um dos elementos que as integram. O capital social representa pois o grau de coesão social existente nas comunidades e é constituído por redes com normas, valores e compreensões partilhadas que facilitam a cooperação intra e inter grupos (OCDE, 2001). Quer isto dizer que o capital social desempenha importante papel no processo de Desenvolvimento Local. Os agentes de Desenvolvimento Local já compreenderam as limitações das abordagens baseadas na prestação de serviços especializados e, por isso, transformaram o seu papel em agentes catalizadores e facilitadores de parcerias na comunidade.</p> <p>Num contexto regional em que grassa o pessimismo generalizado, a freguesia de Nossa Senhora de Machede constitui um “case study” que demonstra o valor do capital social para o Desenvolvimento Local. A Junta de Freguesia promoveu e desenvolveu uma prática de “empowerment” através da criação de uma estrutura informal designada por Conselho de Cidadãos, composto por representantes de todas as actividades económicas e sociais. Este Conselho analisa, discute, sugere, aconselha e fiscaliza os actos relativos à vida da Freguesia, batendo-se pelos seus interesses e participando nas iniciativas de Desenvolvimento Local. Nossa Senhora de Machede, através do seu capital social, conta com a participação dos cidadãos para estimular e conseguir mais e melhores realizações. Isto é, cria e utiliza o capital social como uma estratégia de promoção do desenvolvimento da comunidade. Este exemplo de boas práticas, que tem no Conselho de Cidadãos a sua expressão mais notória, justifica o seu estudo e divulgação pelo facto de não ser nada de transcendente e ser transferível para outras realidades mais complexas. Depende apenas da vontade das pessoas, da substituição das divergências pela união de esforços, da dependência pela iniciativa local, do desalento pelo entusiasmo de fazer e do alheamento pela criatividade.</p> | | |

| | | |
|--|--|---|
| Elisa Pérez Babo(1), Paula Guerra(2), Pedro Quintela(3) | (1)Mestranda em Inovação e Políticas de Desenvolvimento/Univ. Aveiro, (2)Dep. Sociologia/FLUP, (3)Quatenaire Portugal | <i>Estruturas museológicas, desenvolvimento, envolvimento e participação local: uma aproximação a alguns casos portugueses</i> |
| <p>A comunicação pretende discutir a pertinência e a actualidade das novas abordagens ao de intervenção museológica nas últimas décadas do século XX. Com efeito, estas abordagens revelam-se particularmente inovadoras ao introduzirem uma especial abertura do espaço museológico à comunidade, capaz de incorporar as suas experiências, conhecimentos e tradições, ao mesmo tempo que confere aos actores sociais locais um papel activo de efectiva intervenção e participação no processo de construção do museu, contribuindo deste modo para que a apropriação do museu pela comunidade. Também, inspiradas nelas, o museu deve ser ainda capaz de ir de encontro às necessidades e preocupações da comunidade local, introduzindo uma fundamental componente de formação e educação (assumindo neste contexto uma grande importância a questão ambiental). Um dos aspectos mais inovadores e diferenciadores desta proposta conceptual e metodológica é o de que são os habitantes locais e a sua cultura local a primeira e principal preocupação do museu – eles são, simultaneamente, o seu principal público e o principal dinamizador.</p> <p>Contudo, importa não entender tais preocupações do museu como um mecanismo de fechamento da comunidade uma vez que, ao invés, se ambiciona uma abertura e valorização das singularidades locais. A estrutura museológica assume então um enorme potencial enquanto factor de promoção da cultura local e regional, numa lógica de desenvolvimento integrado e de coesão social, procurando garantir a sustentabilidade territorial futura, introduzindo elementos de valorização e de diferenciação. Neste sentido, pretende-se ainda salientar a aposta na cultura como uma componente emergente da procura turística actual e como elemento fundamental de sustentabilidade económica.</p> <p>Finalmente, abordaremos algumas experiências de trabalho da Quatenaire Portugal, em que se procurou desenvolver este tipo de abordagem museológica, acreditando que a partir deste conjunto de reflexões poderemos retirar alguns ensinamentos pertinentes, numa lógica de estudo de caso. Neste sentido, pretendemos abordar alguns aspectos especialmente pertinentes e inovadores das propostas elaboradas para a criação de unidades museológicas em Almoural (Museu do Tejo), S. Pedro da Cova (Museu Mineiro), Montalegre (Ecomuseu do Barroso), Viana do Castelo (Museu do Trajo) ou na Afurada (Museu da Afurada), designadamente, na abordagem desses espaços como espaços de formação, espaços de representação identitária, espaços de valorização de recursos e património, espaços de concertação e cooperação interinstitucional, espaços de participação e cidadania e espaços de inovação e de mobilização de novas actividades. Em suma, iremos destacar o carácter multidimensional desta nova abordagem metodológica, conferindo-lhe uma natureza exemplar em termos das relações entre património e desenvolvimento, permitindo-lhe assumir um papel motor de diferentes componentes da realidade regional presente, partindo da diversidade de recursos e de actividades que possa integrar – recursos naturais, recursos culturais, património edificado e habitat, saberes-fazer tradicionais, capacidades de inovação, actividades a promover e serviços a prestar.</p> | | |
| Luciene Rodrigues(1), Casimiro M. Balsa(2) | (1)Dep. Economia, PPGDS/UNIMONTES- MG-Brasil, (2) Dep. Sociologia, CEOS/UNL | <i>Desenvolvimento, Redes Sociais e enfrentamento da pobreza: a territorialização das Políticas Públicas no Brasil e Portugal</i> |
| <p>No que concerne ao Estado Social, Portugal e Brasil têm em comum um modelo incompleto, tardio, cuja implantação ocorre num contexto de crise do paradigma. Outra semelhança é a mudança de concepção de Estado interventor para um Estado indutor, animador e os processos de descentralização e territorialização das políticas de desenvolvimento para o âmbito local, por meio das Redes Sociais.</p> <p>As Redes não aparecem num contexto isolado de outros conceitos e emergem em conjunção com outras ideias, práticas e movimentos. Trazem em si a ideia de juntar-se, agir associativamente, cruzar investimentos sociais, sinergias na acção territorial. Têm por base os conceitos de parceria e parceria. O presente trabalho tem por objectivo discutir este processo de transição no papel do Estado nos dois países e os princípios da acção em Redes, como mecanismo de implantação territorial das políticas de desenvolvimento e de combate à pobreza.</p> <p>A pobreza representa mais que um estado de carência de bens materiais, constitui um fenómeno que cria factores de risco, impede os indivíduos de exercerem suas liberdades substantivas e instrumentais (Sen, 2000). O <i>welfare state</i> constituiu forma de enfrentamento da pobreza, via o estabelecimento de amplo sistema de protecção e segurança social universal. Tal sistema proporcionou melhoria nas condições de vida, acesso a bens materiais e simbólicos e redução dos conflitos trabalhistas e sociais. A partir da década de 1970, o modelo começa a apresentar sinais de crise. Gradativamente o “consenso keynesiano” perde sua hegemonia para o “consenso de Washington”. É neste período de crise que se percebe esforços na tentativa</p> | | |

de construção de um embrião de Estado Social em Portugal e no Brasil. Todavia, com o endividamento externo, os programas de ajuste estrutural, a demanda por serviços e bens públicos aumenta simultaneamente à pressão sobre o corte nas despesas públicas, especialmente os gastos sociais. Essas transformações afectam a vida dos pobres, em especial das mulheres, que passam a cumprir funções de provedoras da protecção social com sobrecarga de trabalho e, não raro, depleção de suas capacidades.

| | | |
|--|---------------------|---|
| Marcos Olímpio, Lúcia Sobreiro, Patrícia Calca | CISA-AS/Univ. Évora | <i>A Problemática da Água: Do Global ao Local</i> |
|--|---------------------|---|

(...)a água deverá ser considerada como um bem social e cultural(...).(*)

A comunicação que pretendemos apresentar insere-se numa abordagem sobre a problemática dos recursos hídricos ao nível global e local (Alqueva). Assunto de actualidade e importância crucial para o ser humano, que se recoloca com uma força renovada.

Interessa-nos perceber o contributo e a sustentabilidade do regadio, no e para o desenvolvimento regional e local, assim como, aflorar a questão da participação a todos os níveis, caso exista, dos agricultores pertencentes à ZI – Alentejo – Alqueva.

Em termos mais específicos, é nosso intuito apercebermo-nos sobre alguns pontos relativos às representações sociais dos referidos agricultores, nomeadamente:

1. Qual é a sua representação social do conceito de Regadio?
2. Qual é a representação social dos regantes? (como se vêem a eles próprios), e,
3. Quais são as representações sociais da gestão da água e dos impactos ambientais? (como é que os agricultores vêem estas questões), atendendo a que falhas na comunicação podem gerar representações sociais de carácter negativo, e que o pensamento sobre o mundo social será fortemente tributário das trocas de comunicação, dinamizando permanentemente a construção da realidade social (Rosado:2000:220) e, uma resistência à mudança e à inovação.

Esta abordagem decorre do facto de se poder considerar que no presente, as comunidades humanas encontram-se numa dualidade entre o desenvolvimento com delapidação de recursos e, a sua racionalização. A partir desta ideia basilar, a que não são alheios os problemas ambientais, a chamada geopolítica dos recursos, e até, o carácter conflitual pela luta dos mesmos, pretendemos portanto aprofundar o nosso conhecimento passando do global para o local. Utilizando aqui a glocalização, como realidade enquadradora, problematizamos assim a ideia sobre a forma como os agricultores do Alentejo – Zona de Intervenção (ZI) que hoje se dedicam ou terão que se dedicar ao regadio participam na gestão e gerem, efectivamente, a água.

Subjacente a este raciocínio encontra-se a noção de desenvolvimento sustentável que não pode ser descurada na nossa análise, e que se enquadra em termos genéricos nesta temática porque se prende com a utilização e a conservação de recursos renováveis como é o caso da água e do solo e por tal, torna-se num dos nossos pilares de edificação do mundo actual e futuro.

(*) Directiva-Quadro da Água.

Atelier 3.3 Família, População e Saúde

Moderadora Maria Filomena Mendes

Sala 3

| | | |
|---|---|---|
| Ana Rosalina Fernandes(1), Carlos Alberto da Silva(2) | (1)Doutoranda em Ciências da Saúde/Univ. Évora, (2)Dep. Sociologia/Univ. Évora | <i>Nas fronteiras do trabalho e da decisão técnica: o Técnico de Radiologia em foco</i> |
|---|---|---|

Com base numa leitura das perspectivas actuais e futuras do papel do Técnico de Radiologia (TR) em Portugal, é ensaiada na presente comunicação uma reflexão sobre o desenvolvimento profissional deste grupo profissional. Tomando como pano de fundo os possíveis cenários de evolução do papel dos TR no mercado das Tecnologias da Saúde em Portugal, argumenta-se a tendência para a autonomia na decisão técnica, a abertura de novas fronteiras de trabalho interprofissional, a necessidade do aprofundamento da formação contínua do TR, o incremento da competitividade e de conflitualidade no seio do grupo profissional, bem como uma crescente saturação do mercado de trabalho dos TR face ao desequilíbrio entre a oferta e a procura. Problematisa-se, em concreto, as coordenadas da complexidade do perfil dos TR no mercado da Saúde da Era digital do Século XXI.

| | | |
|---|--|---|
| Carlos Alberto da Silva(1), Liliana Pereira Ferreira(2), Tânia Cristina Santos(2) | (1)Dep. Sociologia/Univ. Évora, (2)Mestranda em Intervenção Sócio-Organizacional na Saúde/Univ. Évora / ESTeS Lisboa | <i>Um olhar sobre a auto-gestão da saúde numa comunidade rural</i> |
| <p>A presente comunicação resulta de um trabalho, ainda em curso, realizado no âmbito do Projecto «O contributo (in)visível. A gestão familiar dos cuidados de saúde», financiado pela FCT: POCTI/SOC/59282/2004, e realizado em parceria entre a Universidade do Minho, a Universidade dos Trás-os-Montes e Alto Douror e a Universidade de Évora.</p> <p>A auto-gestão da saúde é uma aprendizagem que se faz ao longo do tempo e que envolve a adaptação e organização do quotidiano em todas as esferas da vida social. Na verdade, a experiência de saúde / doença evoca a toda uma cultura colectiva e que faz parte de cada um, com crenças e normas que conduzem a comportamentos e atitudes específicas, nem sempre fáceis de interpretar.</p> <p>Tendo em conta a diversidade de “sistemas de assistência” e as lógicas plurais das representações sociais de saúde e doença, pretendemos na presente comunicação abrir um espaço de debate sobre dois aspectos essenciais na auto-gestão dos cuidados de saúde numa comunidade rural. O primeiro prende-se com a reflexão sobre as lógicas do recurso simultâneo e/ou alternativo às medicinas paralelas. O segundo visa a descodificação das estratégias de autogestão da saúde na procura de cuidados numa comunidade rural.</p> | | |
| Felismina Mendes | ESESJD/Univ. Évora | <i>Saúde e Risco</i> |
| <p>As concepções de risco e saúde elaboradas pelos indivíduos são sempre subjectivas e contingentes. Da mesma forma, as subjectividades que foram criadas à volta do risco são, também elas, relativas.</p> <p>As respostas ao risco têm de ser analisadas a partir das lógicas que lhes são subjacentes e que são produzidas e operam num dado contexto social. Além disso, não se pode ignorar que, viver com o risco, envolve a aceitação de algum grau de incerteza e instabilidade, para quem nestes tempos pós-modernos vive obcecado com o controle e a certeza. Aqui, poderão encontrar-se muitos dos pontos de referência que pautam as estratégias de aproximação ao risco em saúde, e onde a racionalidade reflexiva tende a imperar.</p> <p>Na aproximação ao risco o privilégio de não tomar uma decisão ou de não fazer uma escolha é abolido. Mas esta responsabilidade para agir, pode ser concebida como um processo de resistência às tentativas de imposição de uma identidade unificada e, nesse sentido, constituir-se como um processo de transformação e diferenciação, sempre pautado por uma imensidão de escolhas activas, nomeadamente ao nível do envolvimento com o seu corpo e com a medicina. Assim, a escolha e a decisão, face aos riscos de saúde, podem ser equacionadas como modelos voluntaristas de acção, que podem ser usados negativamente na recusa ou resistência, tal como positivamente na afirmação e colaboração.</p> | | |
| Maria das Mercês Covas | Dep. de Ciências da Educação e Sociologia/FCHS Univ. Algarve | <i>Sociedades envelhecidas: desafios e perspectivas para o planeamento de condições de saúde, bem-estar e qualidade de vida da população idosa.</i> |
| <p>Esta comunicação pretende colocar no plano da discussão científica, o levantamento dos problemas, dos desafios, das perspectivas e das oportunidades que o envelhecimento populacional coloca aos cidadãos, à organização social e ao tecido empresarial. Há uma profunda discussão a fazer nos domínios do planeamento das oportunidades, da prevenção de situações-problema, da participação, da inclusão, do acompanhamento do processo de envelhecimento, da gestão de situações problemáticas e da resolução dos problemas dos idosos. As sociedades envelhecidas terão de mobilizar-se como um todo, no sentido de planear toda a sua organização segundo uma lógica de funcionamento que ofereça reais garantias de continuidade dos projectos de vida da sua população, e, em particular, da população em processo de envelhecimento, envelhecida e idosa. Essas garantias passam pela previsão, ensaio e testagem de projectos-piloto que envolvem inúmeras parcerias; projectos esses pensados de forma sustentável e concertada, respeitadora da pluri e da multiculturalidade, capazes de proporcionar à população de todas as faixas etárias e, em particular dos idosos, uma melhoria significativa das condições de bem-estar, de saúde, de qualidade de vida, de participação económica, de estímulo cultural, de mobilidade, de esparecimento, de lazer e de turismo. Importa chamar a atenção para a necessidade de se criar uma nova dinâmica organizacional e empresarial que, definitivamente, encare o idoso como um activo social e não como um passivo.</p> <p>Palavras-chave: envelhecimento, idoso, famílias idosas, saúde, bem-estar, participação, cuidado, incapacidade, doença, deficiência, stress, isolamento, inclusão, exclusão, intervenção social, intervenção comunitária, organizações de apoio aos idosos, aquisição de competências.</p> | | |

| | | |
|--|--|---|
| <p>António Brandão Moniz, Ana Vasconcelos da Silva, Tobias Woll</p> | <p>Projecto WORKS/FCT- UNL</p> | <p><i>Identities Ocupacionais na Sociedade de Informação – empregabilidade, qualificações e trajectórias profissionais – Um estudo de caso no sector têxtil</i></p> |
| <p>O mercado de trabalho Europeu tem sofrido fortes transformações nos últimos anos. Assistiu-se a uma maior percentagem de pessoas no sector dos serviços, mais mulheres no mercado de trabalho e a entrada de trabalhadores imigrantes nas fileiras laborais. Aliadas a estas transformações a flexibilidade funcional e o factor tempo tornaram-se conceitos centrais nas dinâmicas de trabalho. A diversificação das formas de emprego ao longo do percurso profissional traz novas preocupações assentes no crescente descontínuo entre emprego/ desemprego, diversificação das interações entre a carreira profissional e a vida privada e a diversificação de expectativas face ao trabalho.</p> <p>Estas transformações geram novos desafios individuais ou vêm reforçar desafios existentes. A maior importância atribuída à autonomia, responsabilidade e empregabilidade aumentam a subjectividade do trabalho ao mesmo tempo que o ambiente de trabalho se torna mais inseguro, instável e precário. Perante este cenário quais as possíveis implicações desta reestruturação do mercado de trabalho nas identidades ocupacionais? Esta é uma das questões sobre as quais o projecto WORKS – “Work Organisation and Restructuring in the Knowledge Society” (*) se debruça e sobre as quais consideramos importante dar alguns <i>inputs</i>.</p> <p>Os Grupos Ocupacionais enquanto grupo profissional com características específicas (atitudes públicas e posição social na sociedade, compromisso com o trabalho desempenhado, ou tarefas específicas e compromisso com o local de trabalho e/ou empresa a que se pertence, designação específica e ideologia) têm sido confrontados com mudanças complexas e estruturais que importa analisar.</p> <p>Assim, a presente proposta de comunicação assenta na tentativa de dar a conhecer alguns resultados relativos a uma investigação qualitativa levada a cabo em Portugal. Neste trabalho tentou-se perceber junto de dois grupos ocupacionais do sector têxtil (trabalhadores da área de produção têxtil e designers) quais as transformações do trabalho na sociedade de informação. Para tal propomos a abordagem de alguns aspectos fulcrais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Divisão do trabalho e as implicações no posto de trabalho; - Aquisição e desenvolvimento de competências/ «know-how»; - Qualificações formais/ qualificações informais; - Flexibilidade e relação entre a qualidade no trabalho e qualidade de vida; - Novas formas de utilização do tempo e aprendizagens; - Novas tendências nas carreiras e diversificação das trajectórias profissionais/ <i>boundaryless</i>; - Necessidade de equilíbrio ente o trabalho e a vida privada «Work-Life balance»; <p>Os resultados obtidos com o estudo de caso mostram qual o papel das qualificações e do conhecimento/novas tecnologias de informação na reestruturação das identidades profissionais e quais as implicações desta reestruturação para as entidades organizacionais</p> <p>(*) O projecto está financiado no âmbito do 6º Programa-Quadro de investigação da União Europeia – CIT3-CT-2005-006193</p> | | |
| <p>Joaquim Fialho(1), Carlos Alberto da Silva(2)</p> | <p>(1)IEFP, (2)Dep. Sociologia/Univ. Évora</p> | <p><i>Redes de Cooperação Interorganizacional. O caso das entidades formadoras do Alentejo Central</i></p> |
| <p>O presente artigo reflecte sobre a dinâmica interorganizacional das entidades formadoras acreditadas pelo Instituto para a Qualidade na Formação (IQF) e que desenvolveram acções de formação profissional no Alentejo Central. Tendo como metodologia central de análise de redes sociais (Social Network Analysis), é identificada a estrutura e a dinâmica dos relacionamentos entre as entidades formadoras e os mecanismos de cooperação que se estabelecem entre elas. O seu principal enfoque assenta na estrutura de relacionamentos das entidades que promovem as acções de formação profissional, conduzindo a mecanismos de estruturação da acção colectiva, nomeadamente factores de confiança ou relações que denominamos de «confiança desconfiante».</p> <p>Palavras-chave: entidades formadoras, formação profissional, análise de redes sociais (ARS), redes</p> | | |

| | | |
|---|---|---|
| interorganizacionais e cooperação. | | |
| Maria Manuel Serrano | Dep. Sociologia/Univ. Évora | <i>Novas lógicas relacionais entre empresas: análise de casos</i> |
| <p>As alterações produzidas no meio ambiente, essencialmente a partir da década de 1970, constituíram um imperativo de mudança estratégica e estrutural para as empresas. Num contexto marcado por forte dinamismo e imprevisibilidade as empresas tendem a privilegiar estratégias de externalização - de funções e de tarefas consideradas como não fundamentais e que por isso podem ser compradas a empresas especializadas subcontratadas para o efeito - e a adaptar as suas estruturas tornando-as mais leves e flexíveis.</p> <p>Na sequência deste processo de mudança o conceito tradicional de fronteira organizacional é posto em causa (tende a ser cada vez mais ténue e de difícil delimitação) e emergem e difundem-se novas lógicas relacionais entre as empresas.</p> <p>A empresa rede é um exemplo bem ilustrativo desta realidade. Neste tipo de configuração organizacional as unidades centrais conservam as fases cruciais do processo produtivo (logo, mais exigentes em qualificação e em alta tecnologia) e deixam às unidades periféricas (empresas subcontratadas) as actividades do ciclo de produção consideradas menos determinantes (logo, menos exigentes em qualificação e em alta tecnologia).</p> <p>Nesta comunicação analisa-se a natureza das relações que se estabelecem entre uma empresa multinacional (unidade central) e cinco empresas subcontratadas (unidades periféricas). Verifica-se que para além do relacionamento enquadrado nas obrigações contratuais entre empresas se desenvolvem, no plano informal, outras lógicas relacionais que configuram situações diversificadas que oscilam entre a dependência, a solidariedade ou a confiança.</p> | | |
| María Sánchez Escobedo | Facultad de Estudios Empresariales y Turismo/Univ. de Extremadura | <i>Revisión en la literatura sobre mujer y creación de empresas</i> |
| <p>En el presente artículo se realiza una revisión en la literatura sobre mujer y creación de empresas; ahondando para ello en las diferencias de género que puedan incidir en las diversas fases del proceso de creación y puesta en marcha de una empresa, así como en los aspectos directivos y de liderazgo.</p> <p>Para poder llevar a cabo dicho estudio, hemos utilizado una serie de bases de datos internacionales, acotando nuestra búsqueda a través del uso de palabras clave, tales como, mujer emprendedora (women entrepreneurs), género (gender), mujer de negocios (businesswomen), creación de empresas (entrepreneurship). Además, hemos prestado especial interés a los diferentes Informes GEM (Global Entrepreneurship Monitor) y principalmente a las monografías publicadas por este proyecto durante los años 2004 y 2005 sobre mujer y creación de empresas.</p> <p>Los resultados de nuestro estudio nos advierten de la escasa presencia de publicaciones que tanto en España como en Portugal, existen sobre temas relacionados con mujer y creación de empresas, frente a los ingentes estudios realizados en países como Reino Unido, Irlanda, Estados Unidos etc...</p> <p>Palabras Clave: género, empresaria, mujer, creación de empresas, mujer de negocios</p> | | |
| Paula Urze(1), Tiago Machado(2) | (1) FCT/UNL, (2) UNINOVA | <i>Na Linha de Montagem: Tecnologia e Trabalho</i> |
| <p>A presente comunicação dá conta dos resultados alcançados no âmbito do projecto LiMITE – Na Linha de Montagem: Inovação, Trabalho e Emprego (2004-06) (*). Trata-se de um projecto que toma por objecto de estudo sociológico a linha de montagem, no cruzamento entre as perspectivas tecnológica e sociorganizacional, sobretudo na indústria automóvel.</p> <p>Em 1973, a Comunidade Económica Europeia (CEE) declarava que a linha de montagem teria de ser abolida da indústria automóvel europeia (Cf. Emery, 1975). Passadas cerca de três décadas, o facto é que a linha de montagem continua a ser um instrumento atractivo para produzir em média e larga escala. Naturalmente, contamos hoje com uma multiplicidade de configurações tendencialmente mais flexíveis, como sejam linhas de modelo misto e multi-modelo, linhas assíncronas intercaladas por buffers, linhas em U, entre outras variantes. Contudo, não obstante a diversidade de tecnologias de produção experimentadas pela indústria e as novas exigências que se lhe colocam, a linha de montagem clássica provou, ao longo de nove décadas, permanecer um elemento estruturante no quadro dos sistemas de produção em série, sendo aliás conhecida a dificuldade na afirmação prática de soluções alternativas. Por essa razão, os constrangimentos trazidos pela linha de montagem para uma organização do trabalho qualificante mantêm-se válidos na sua essência.</p> <p>Por essa razão, importa investigar, para além das alternativas experimentadas, também a possibilidade de desenvolver soluções de trabalho qualificantes dentro do modelo dominante, ou seja, da linha móvel de montagem herdada de Ford. Por essa razão, as perguntas de ontem permanecem válidas hoje: pode a</p> | | |

produção em massa efectivamente prescindir da linha de montagem sem perda de competitividade? Em que medida este dispositivo continua a condicionar as opções existentes em termos da organização do trabalho e dos seus conteúdos? Trazendo uma expressão clássica (Trist et al., 1963) para a actualidade, há lugar, neste quadro, a uma genuína "organizational choice"?

(*) Projecto financiado pelo Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS), Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Apresentação de Posters

Átrio inferior do Auditório [em permanência]

28 de Abril

Manhã

9:30 | Sessões Paralelas IV

Atelier 1.4 Cidadania, Defesa e Segurança

Moderadora Maria da Saudade Baltazar

Auditório

| | | |
|--|---|--|
| Alice Cunha | Mestre em Relações Internacionais/ISCSP-UTL | <i>Transpondo Fronteiras – A Participação de Portugal na União Europeia ao Nível dos Programas de Governo</i> |
| <p>Juntos desde 1957 é o mote para as comemorações dos cinquenta anos do Tratado de Roma. Portugal não abarcou neste projecto de uma Europa unida desde o seu início. Apenas na década de 80, Portugal aderiu como membro à Europa comunitária.</p> <p>As organizações internacionais de cariz intergovernamental são um instrumento tanto de aproximação pacífica, como de cooperação, entre os Estados. A União Europeia, organização regionalista interestadual, tem desempenhado esse duplo papel.</p> <p>Com a adesão portuguesa às então Comunidades Europeias (1986), o principal eixo da política externa portuguesa passou a ser a Europa (subentenda-se União Europeia). Sendo a política externa da responsabilidade do Executivo, os sucessivos Governos Constitucionais têm formulado as suas linhas de orientação para essa área.</p> <p>Nesta comunicação pretende-se fazer um primeiro percurso exploratório sobre como é que a pertença a uma das maiores organizações interestaduais de carácter regional se tem manifestado ao nível dos Programas de Governo, desde o I ao XVII Governos Constitucionais.</p> <p>Assim, através da análise dos Programas de Governo, no que diz respeito especificamente ao relacionamento de Portugal com a União Europeia, procuraremos identificar um padrão, ou ausência dele, e constatar, desse modo, quais as semelhanças e as diferenças que se têm verificado.</p> <p>Palavras-chave: Governo, Organizações Internacionais, Política Externa, Portugal, União Europeia.</p> | | |
| Luísa Schmidt(1), Joaquim Gil Nave(2), João Guerra(1) | (1)ICS/UL, (2)ISCTE | <i>Da Educação Ambiental à Educação para a Cidadania: O papel das organizações escolares e não escolares na promoção da Sustentabilidade</i> |
| <p>Tendo em conta o movimento de mudança que se vai delineando, quer no sentido de uma maior intensificação do papel do sistema escolar na formação ambiental dos cidadãos, quer no sentido de uma maior articulação, senão mesmo fusão, da educação ambiental com outras áreas da educação para a cidadania, pretende-se, com este artigo, fazer uma caracterização e balanço do papel das organizações escolares e não-escolares, governamentais e não governamentais, privadas e públicas, na educação ambiental em Portugal.</p> <p>A análise tem por base um inquérito sistemático a escolas e outras organizações promotoras de iniciativas e projectos educativos englobáveis numa noção alargada de educação ambiental ou educação para o desenvolvimento sustentável. Procurou-se, assim, fazer uma caracterização analítica do contributo dessas organizações para o tipo de educação ambiental e para o desenvolvimento sustentável que se faz hoje em Portugal, dirigindo a atenção para o modo como elas se posicionam no movimento de mudança que nesta esfera desponta. Por ser central à problematização da educação ambiental discutida na comunicação, dá-se especial relevo à análise da tematização das acções educativas e formativas desenvolvidas por estas</p> | | |

| | | |
|--|--|---|
| organizações, perscrutando até que ponto a educação ambiental por elas levada a cabo se aproxima ou distancia de uma concepção mais centrada na ideia de cidadania. | | |
| Maria Helena Guerra | DECO | <i>O perfil do sobreendividado</i> |
| <p>A DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor desenvolve o seu trabalho na área do Direito do Consumo. O âmbito de actuação da DECO abrange todas as situações de compra e venda de bens e serviços para uso particular, desde a compra de uma habitação, à aquisição de um bem menor, como por exemplo, um telemóvel, à prestação de serviços, como é o caso dos serviços públicos essenciais (água, electricidade, gás). As questões que este acto de compra e venda levanta, como por exemplo, as questões contratuais, as garantias dos objectos adquiridos, os prazos de reclamação, entre outras, são algumas das questões/problemas postos pelo consumidor à DECO e que, em conjunto com as juristas, pode ver respondidos e resolvidos.</p> <p>A DECO presta, ainda, apoio ao sobreendividado. Os consumidores que têm dificuldade no pagamento dos seus créditos bancários, poderão recorrer à DECO para assim iniciar-se um processo de renegociação das dívidas com as entidades financeiras. A dívida contraída com determinada entidade financeira poderá ser dirimida mais facilmente através do prolongamento do prazo de pagamento, em prestações mensais mais baixas ou pela consolidação dos créditos. Pretende-se, com este apoio, não apenas, intervir quando as famílias já estão em situação de sobreendividamento, mas actuar preventivamente, aconselhando os consumidores a uma gestão equilibrada do orçamento familiar. O papel da DECO neste sentido, passa, ainda, pelo contacto, cada vez mais estreito, com os meios de comunicação e pela dinamização de sessões de sensibilização acerca das estratégias de prevenção do sobreendividamento, potenciando uma maior autonomia das famílias na gestão do seu orçamento.</p> <p>O número de casos de sobreendividamento que chega à DECO tem sido crescente. Os consumidores que recorrem a este apoio, na sua maioria, têm um grande número de créditos com várias entidades financeiras, encontrando-se em situação de sobreendividamento, pela incapacidade de fazer face às despesas, de acordo com o rendimento que auferem mensalmente. As razões que levam ao sobreendividamento são várias. Algumas motivadas por desequilíbrios familiares; questões de saúde; despesas inesperadas; entre outras causas. Este trabalho que a DECO presta permite conhecer o perfil do sobreendividado; as causas e motivos das dívidas, a publicidade no consumo ao crédito, a evolução dos níveis de sobreendividamento o que possibilita obviamente a compreensão do fenómeno do sobreendividamento ao longo dos tempos e, sobretudo, no contexto da sociedade actual.</p> | | |
| Susana Reis(1), Guida Lourenço(1), Liliana Rainha(1), Eduardo Figueira(2) | (1)Academus, (2)Dep. Sociologia/Univ. Évora | <i>A problemática da segurança dos brinquedos</i> |
| <p>A presente comunicação tem em vista dar a conhecer os resultados preliminares referentes ao projecto “SAFETY OF TOYS” financiado no quadro do Programa comunitário Leonardo da Vinci. A coordenação do projecto está a cargo do “ Refik Saydam Central Hygiene Institute Food Safety and Nutrition Research Department” (Turquia), Hacettep University, Department of Child Development and Education” (Turquia), Academus – Consultadoria, Formação e Investigação, Lda (Portugal), “ASAEL – Association of Local Authorities” (Espanha), “Italian Institute for Toys Safety” (Itália),”Reo – Tek Electronic Software Design Training Corp.” (Turquia) e “Pilsan Plastic and Toys Man. Corp.” (Turquia).</p> <p>Os brinquedos têm um papel importante no crescimento mental e físico das crianças. Por outro lado, os brinquedos podem-se transformar em instrumentos perigosos e ameaçadores no mundo das crianças. Um sem número de casos e acidentes causados pelos brinquedos são frequentemente noticiados pelas autoridades competentes. Torna-se assim importante consciencializar os indivíduos para este fenómeno e proporcionar-lhes os conhecimentos necessários para lidar com esta questão. Por esta razão, o objectivo principal do projecto é elevar a consciência dos consumidores e dos intervenientes da indústria sobre a segurança dos brinquedos através da cooperação e desenvolvimento de materiais de formação. Para este efeito, cada um dos parceiros conduzirá um inquérito por questionário e entrevistas junto de consumidores (pais), educadores de infância, inspectores de qualidade em brinquedos e fabricantes/importadores. A informação capturada pelos inquéritos por questionário e entrevista será analisada no quadro da realidade de cada País parceiro no que se refere aos aspectos sobre a segurança dos brinquedos. Os resultados da análise serão utilizados como suporte para o desenvolvimento de estratégias de formação sobre a questão da segurança dos brinquedos.</p> <p>Palavras-chave: Segurança dos Brinquedos; Materiais de Formação e Consciencialização.</p> | | |

| | | |
|--|--|--|
| Carla Teixeira | Estudante 1.º ciclo Sociologia/Univ. Évora | <i>A Motivação dos reclusos para participar na formação profissional. O caso de um Estabelecimento Prisional</i> |
| <p>Este estudo pretende incidir sobre o tipo de motivação que leva os reclusos a fazerem a inscrição para participar em projectos de Educação/Ensino e em acções de Formação Profissional, e a verificar se é por essa motivação/acção que existem redes de relacionamentos e sociabilidades no decorrer de um período de aprendizagem em reclusão. Considerando a necessidade do conhecimento das relações sociais entre os indivíduos, pretendo fazer um levantamento da forma como as pessoas se relacionam no local da formação, se existe “espírito de grupo”, ou se os reclusos simplesmente se servem desse espaço para se sentirem fora da cela habitacional e assim se poderem individualizar ou ocupar o tempo. A informação vai ser recolhida no Estabelecimento Prisional Pinheiro da Cruz (EPPC), criado em 1951, situado no Concelho de Grândola (Distrito de Setúbal), com uma área de 1500 hectares em área rural, com uma lotação de 691 reclusos, um Corpo da Guarda Prisional (156 elementos) e 5 Técnicas de Reeducação. Sob Tutela Judiciária do TEP de Évora, dispõe de dois tipos de Regimes: um Regime Fechado e um Regime Aberto. Entre outras coisas, possui um núcleo escolar que assegura o funcionamento do 1.º, 2.º e 3.º ciclo do ensino recorrente e o apoio ao ensino superior (alunos auto-propostos, ensino à distância) ministrado por professores e espaços para formação profissional. Considerando a fisionomia do espaço fechado, onde se sente a segurança da legalidade e a vigilância dos guardas, pretendo saber se apesar destas condicionantes, a motivação que leva os reclusos a fazerem a inscrição para formação profissional, exerce alguma influência ao nível das relações interpessoais que aí se desenvolvem, se facilita o relacionamento social e as redes de sociabilidade, com alguma visão de aplicabilidade da formação obtida, num futuro próximo. Para os Serviços Prisionais o ensino assenta na defesa do princípio que o preso não perde o direito constitucional de aprender e por isso existe uma articulação com o Ministério da Educação. Numa tentativa de “discriminar acessos”, surgiu como prioridade o desenvolvimento de um sistema integrado de educação-formação que visa proporcionar a cada recluso uma formação global escolar e uma qualificação profissional inicial e ao emprego. A formação profissional é coordenada pela DGSP e é posta em prática em colaboração com diversas entidades públicas e privadas, orientadas para a promoção de actividade de formação profissional com vista à preparação de uma vida activa, quer em meio prisional, quer sobretudo e futuramente na comunidade.</p> <p>Palavras-chave: Motivação; Formação Profissional; Sociabilidades.</p> | | |
| Eduardo Jorge Esperança | Dep. Sociologia/Univ. Évora | <i>"Partilhas à Parte". O Fenómeno P2P: A solidariedade digital numa sociedade não-solidária</i> |
| <p>A emergência de arquitecturas computacionais de partilha de ficheiros fez aparecer, nestes últimos tempos, um olhar teorizador acerca das formas de socialidade inerente a estas práticas. Muito se tem dito e mais especulado. Este é, sem dúvida, um terreno fértil e de possível reimplantação para algumas sociologias mais estagnadas. O que se passa é que este novo modelo de acesso e partilha não hierarquizado veio trazer um sentido comunal de relação que há muito tinha desaparecido e foi observado enquanto estabilizado, apenas em sociedades pré-modernas. Este modelo imposto por softwares de partilha como o Kazaa, Emule ou Bittorrent cria alguns problemas ao modelo de mercado capitalista assente na propriedade da criação e do objecto único, desestabilizando e despertando ao mesmo tempo novas formas de relação cujos efeitos ainda estão a ser estudados e parecem prometer.</p> <p>Sobressaem, neste contexto, uma panóplia de objectos mediadores de filiação, afinal os agentes do novo tipo de relações que devem facilitar ao sociólogo a percepção de um novo tipo de conexões mediadas por objectos digitais e simbólicos, conexões organizadas de um modo produtor de um novo tipo de configuração relacional.</p> | | |
| Mariana Garcia, Filipa Morais Soares, Cláudia Rodrigues, Rita Aires, Hugo Carabineiro, Pedro Vilarinho | Agência Piaget para o Desenvolvimento | <i>Jovens, Noite e Risco: condições de possibilidade para a intervenção em contextos festivos</i> |
| <p>Com esta comunicação pretendemos enquadrar a intervenção em contextos festivos em termos sociais, políticos, culturais e económicos, tomando como exemplo ilustrativo o projecto CHECK-IN: grupo para a Gestão de Prazeres e Riscos (*).</p> <p>As transformações na cidade pós-industrial condicionaram e determinaram novos hábitos de vida e o lazer foi sendo incorporado à sociedade e adquirindo maior importância. A vida recreativa ganha terreno</p> | | |

e implanta-se, conciliando actividades produtivas (estudo, trabalho) com actividades de lazer (noite, fim-de-semana, férias). Actualmente esta organização do tempo favorece o desenvolvimento da indústria recreativa (bares, discotecas, festivais, etc), que se constitui como um sector económico em expansão. Os jovens são os actores privilegiados desta economia do lazer, têm mais tempo livre, menos responsabilidades e mais poder económico; a festa torna-se assim um elemento central da sua vida e as substâncias psicoactivas (SPA), um ingrediente para aumentar a intensidade de vivência da festa. Estamos assim perante o que podemos chamar de sociedade do prazer, parte integrante da Sociedade de Risco e onde o conceito de risco cultivado ganha terreno expressivo (Giddens).

E é então neste cenário juvenil da sociedade de risco-prazer que surge a necessidade de intervir junto dos jovens frequentadores de contextos festivos com equipas como o CHECK-IN. Estas intervenções enquadram-se no modelo de Gestão de Prazeres e Riscos enquanto postura que promove a responsabilização individual e a tomada de decisão informada. Promove junto do indivíduo instrumentos válidos para a reflexão e capacitação para uma gestão efectiva e responsável dos prazeres e riscos relacionados com o consumo de SPA (Rovira & Hidalgo, 2003).

Trata-se de um exercício exploratório - numa atitude de introspecção e reflexão sobre a acção - de procura de contextualização de uma prática. Partindo de uma lógica de investigação-acção, procuraremos dar conta de alguns eixos que nos aparecem como fundamentais na análise das condições de possibilidade da recente constituição dos contextos festivos enquanto área de intervenção e investigação nomeadamente das áreas sociais e da saúde. Identificamos três grandes eixos de análise da emergência de um saber-fazer relativo aos contextos festivos: a sociedade de risco; a sociedade do lazer e o desenvolvimento e diversificação de culturas e modos de vida juvenis - onde noite, festa, consumos de substâncias psicoactivas, sexualidade e música podem ser destacados como elementos constituintes dos territórios vivenciais/expressivos juvenis.

(*) Projecto promovido pela Agência Piaget para o Desenvolvimento (APDES) e co-financiado pela Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA.

Atelier 3.4 Família, População e Saúde

Moderador José Ramalho Ilhéu

Sala 3

| | | |
|--|--|---|
| Célia Peralta | Estudante 1.º ciclo Sociologia/Univ. Évora | <i>Representações sociais sobre minorias étnicas. O caso dos alunos de uma escola</i> |
| <p>A presente comunicação tem em vista dar a conhecer os objectivos, o quadro teórico e a abordagem metodológica de um estudo que pretende analisar as representações sociais acerca das minorias étnicas construídas por alunos de uma escola. O conhecimento das representações sociais construídas pelos alunos permitirá verificar se esses alunos olham para as minorias étnicas através de estereótipos e preconceitos.</p> <p>A problemática da imigração tem vindo a assumir crescente relevância no Alentejo e em Portugal o que justifica conhecer como é que a população em geral reage a este relativamente novo fenómeno. Em particular, importa conhecer o que pensam e sentem aqueles que convivem mais de perto com os filhos da população imigrante, isto é, os alunos de uma escola. Este conhecimento permitirá ajudar professores e pais no sentido de levar as crianças e jovens a reflectir sobre o assunto e a adquirir uma postura de abertura, respeito e solidariedade para com os imigrantes. Essa postura será tanto mais consistente e duradoura quanto mais esclarecedora e relevante for a informação. É pois, importante, conhecer o que pensam e o que sentem as crianças e jovens acerca desta problemática para que, se necessário, se possa intervir de forma eficaz.</p> <p>A abordagem metodológica utilizada enquadra-se no designado estudo de caso uma vez que se pretende estudar um grupo específico, mais concretamente os alunos de uma escola, sem pretensões de generalização. A recolha da informação far-se-á através de entrevistas exploratórias junto de informantes-chave e inquéritos aos alunos. A informação recolhida será essencialmente tratada com o recurso à análise de conteúdo.</p> <p>Os resultados do estudo permitirão auxiliar a escola, e todos aqueles que com ela se relacionam, a delinear estratégias de sensibilização e informação para que os futuros adultos encarem os imigrantes sem qualquer preconceito.</p> <p>Palavras-chave: representações sociais, minorias étnicas, preconceitos, estereótipos.</p> | | |

| | | |
|---|-------------------------------------|--|
| Cristina Santos Silva | Doutoranda/ISCTE | <i>Novas formas de paternidade e maternidade: um modelo de análise da parentalidade actual</i> |
| <p>Esta comunicação pretende dar mais um contributo sociológico no estudo da família actual, apresentando o modelo de análise da nossa investigação. Vamos aqui explorar o conceito de novas formas de paternidade e maternidade e propor a sua operacionalização num modelo multidimensional de análise da parentalidade. Ora tendo esta pesquisa como objecto de estudo a construção dos laços parentais na actualidade, pretende-se analisar as novas representações e práticas de paternidade e maternidade, num contexto de grandes transformações ao nível das estruturas e dinâmicas familiares, de surgimento de novas políticas sociais e de incremento do discurso mediático sobre a parentalidade, entre outras dimensões. Em última análise, procura-se com esta investigação identificar alguns modelos de parentalidade, caracterizando como é que homens e mulheres representam e vivem a paternidade e a maternidade, actualmente.</p> <p>Desde logo, as novas práticas de maternidade e paternidade são construídas num contexto de grandes alterações nas estruturas e dinâmicas familiares. Embora a família nuclear continue a ser a forma familiar predominante, novas estruturas familiares começam a ter expressão nas últimas décadas, como as famílias monoparentais e as famílias recompostas. Se associamos a este fenómeno, o decréscimo do casamento religioso, o aumento das uniões de facto, a quebra da fecundidade, o aumento do divórcio e a entrada maciça da mulher no mercado de trabalho, temos um novo cenário familiar, que alguns autores invocam como pretexto para preconizar uma “crise da família”.</p> <p>É claro que uma análise mais detalhada, possibilitada por alguns inquéritos à realidade social portuguesa e outros estudos de cariz mais qualitativo, permite-nos perceber que a tão falada crise da família, que seria principalmente uma crise de valores, não encontra correspondência empírica, pois os indivíduos continuam a colocar a família em primeiro lugar em termos de importância, idealizam ter pelo menos dois filhos e após um divórcio, o recasamento é a prática mais frequente, principalmente, para os homens. Em que medida, então, é que estas alterações afectaram as famílias? Fundamentalmente, ao nível das suas dinâmicas, obrigando a uma procura de maior igualdade dos papéis de género dentro da família e à adopção de estratégias de conciliação entre trabalho e vida familiar.</p> <p>De facto, estas mudanças têm tido implicações profundas nas representações e práticas de paternidade e maternidade, e muitos autores avançam a hipótese de que aquelas conduzirão, inevitavelmente, as famílias no sentido de modelos de parentalidade mais igualitários, onde a partilha, entre homem e mulher, das responsabilidades e dos cuidados com os filhos passaria a ser uma realidade, nas famílias em que ambos trabalham fora de casa.</p> | | |
| Teresa Cansado | Mestre em Sociologia/Univ. de Évora | <i>Violência Conjugal – Uma Visão Sociológica</i> |
| <p>Na presente comunicação pretende-se abordar o tema da violência conjugal, tendo como base o estudo exploratório realizado na freguesia de Viana do Alentejo. Esse estudo teve como principal objectivo compreender as representações sociais que a população da freguesia de – Viana do Alentejo tinham sobre a violência conjugal.</p> <p>Como definição de Violência conjugal adoptou-se a seguinte: violência conjugal «integra qualquer acto, inclusive de omissão, ou ameaça que provoque nas suas vítimas danos físicos, psicológicos ou emocionais, que é praticado por pessoas com quem aquelas têm uma relação de parentesco consanguíneo, legal ou de facto com uma determinada intenção ou finalidade».</p> <p>A família surge nos nossos dias como uma instituição controversa, onde existe um conjunto de questões que preocupam os investigadores. Pelo que, na presente investigação procurou-se salientar algumas delas. Assim, as questões levantadas procuram, reflectir acerca da família na sociedade actual, uma vez que, a diversidade de situações familiares não se deixa reduzir a modelos únicos, as relações familiares têm espessura multidimensionais, desdobram-se em vários níveis de estruturação, os processos sociais combinam continuidades e transformações, neles sempre se sobrepõem dinâmicas com diferentes ritmos e diversos horizontes temporais.</p> <p>Procura-se, também, demonstrar a diversidade dos valores relacionados com a família e a complexidade das constelações simbólico – ideológicas envolvidas nas relações familiares, até porque a respeito da família como noutros domínios da vida social, há permanentes desfasamentos entre valores e práticas sociais. Por isso, é inegável o lugar central que a violência conjugal ocupa na sociedade, quer ao nível do discurso político, quer dos media.</p> <p>Com efeito, o estudo realizado visou compreender as representações sociais da violência conjugal, tendo em conta as várias dimensões que compõem o agregado familiar recorrendo, a proposições sociológicas distintas e à forma como esta problemática é estudada e abordada no nosso país. Para isso, recorreu-se a</p> | | |

unidades familiares de um único meio social através das quais, se analisou as representações sociais que estas possuíam da violência conjugal. Procurando-se, com isso, demonstrar o quanto é importante continuar a investigar neste domínio, para que mais políticas sociais e modos diferentes de «fazer» continuem a surgir.

Assim a estratégia de construção de recolha de informação, centrou-se em torno da violência conjugal e suas representações sociais, dado que, este tema enquanto objecto de análise científica, possui características únicas. Para além, de constituir um tema sensível, a sua natureza privada e íntima torna difícil a sua investigação. Contudo, está-se perante um tema que tem sofrido alguns progressos e daí poder-se definir padrões que orientem as pesquisas nesta área.

No entanto, não existe uma fórmula mágica e única para realizar uma pesquisa, dado que a investigação é um produto humano, por isso, uma pesquisa em ciências sociais não pode excluir-se do seu trabalho de reflexão. Por isso, após reflectir-se sobre as metodologias optou-se por fazer predominar a metodologia qualitativa, uma vez, que para este paradigma interessa, a natureza socialmente construída da realidade, a relação que se estabelece ao longo do processo de pesquisa entre o investigador e o objecto. Embora, esta análise levante problemas ao nível da pertinência dos índices retidos, visto que, selecciona esses índices sem tratar exaustivamente todo o seu conteúdo. Ela permite descrever, interpretar e observar o fenómeno tal como ele se apresenta. Por outro lado, é uma abordagem que centra-se no sujeito individual e no descobrimento dos significados, nos motivos e nas intenções da sua acção. Todavia, não significa que se eliminasse o recurso a procedimentos de origem quantitativa, até porque, esse procedimento implicaria a negação da posição epistemológica que considera que as duas abordagens se complementam e proporcionam um continuar na investigação.

Dentro, da metodologia qualitativa optou-se pelas entrevistas semi-directivas e pela análise de conteúdo tendo como variante a análise categorial. Escolheu-se, a Entrevista porque através desta consegue-se obter informações sobre factos ou representações, cujo grau de validade e fiabilidade é analisado tendo em conta a perspectiva dos objectivos de recolha dos dados. Por outro lado, a natureza delicada e privada do objecto de estudo assim o exigia.

Desta forma, tem-se como pretensão referir os resultados a que se chegou na pesquisa realizada no terreno, bem como, explicitar a importância que este problema social tem não só a nível macro como a um nível mais micro.

Palavras - Chave: Violência Conjugal, Família, Sociologia, População, Alentejo

Obras de Referência:

Almeida, Ana Nunes, et al., 2001 – Famílias e Maus Tratos às Crianças em Portugal – Relatório Final, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Almeida, João Ferreira, 1990 – Portugal Os Próximos 20 anos – Valores e Representações Sociais, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Vol;VIII

Costa, Maria Emília; et al; 2000 – Violência Familiar, Porto. Edições Âmbar

Dias, Isabel, 2004 – Violência na Família – Uma Abordagem Sociológica, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento

Esperança, Jorge Eduardo, 2000 – Investigar a Experiência Social, in Revista Economia e Sociologia, Gabinete de Investigação e Acção Social do Instituto Superior Económico e Social de Évora, n.º 70, pp: 5/20

b) 2000, Sobre a Reificação das Representações Sociais, in Homenagem ao Professor Augusto da Silva, Universidade de Évora, Departamento de Sociologia, pp: 207/217

Atelier 4.4 Organizações, Qualificação e Emprego

Moderadora Maria Manuel Serrano

Sala 4

| | | |
|--|-----------------------------------|--|
| Florbela Nunes | IEFP – Centro de Emprego de Évora | <i>Competências para a Integração Social: Para melhor conhecer a pobreza e a exclusão social</i> |
| <p>Hoje o mundo vê-se confrontado com os desafios que no século XXI se dirigem a toda a humanidade: competitividade, diversidade, sustentabilidade e coesão social. Nesta época de viragem, o mundo do trabalho ganha novos contornos exigindo, cada vez mais, respostas adaptativas pelos diferentes indivíduos, não se compadecendo com as suas limitações, sejam elas de carácter situacional ou pessoal. Haverá então um desafio paralelo: o da intervenção junto das pessoas, para com elas construir respostas ajustadas, por um lado às necessidades individuais e por outro, às solicitações do meio social e económico.</p> | | |

A pobreza e a exclusão social constituem claramente uma limitação ao exercício da cidadania e ao desenvolvimento integral dos indivíduos. Noções que hoje em dia coexistem, são ambas marcadas por duas dimensões: a objectiva e a subjectiva e dizem respeito aos aspectos externos e internos do indivíduo. Prendem-se, assim, com um conjunto de perdas ou afastamentos da vida em sociedade, ou seja, do exercício como pessoa económica, política, social e cultural e com a forma como cada um vive e sente a sua vida.

Ora, porque a situação persistente de carência material vem frequentemente acompanhada de atitudes psicossociais que acentuam a condição dos excluídos no acesso aos direitos básicos ou aos estilos de vida aceitáveis, será fundamental considerar o papel das competências profissionais, pessoais e sociais nos mecanismos de integração social das pessoas.

Deste modo, com esta comunicação(*) pretende-se apresentar parte dos resultados de um estudo exploratório efectuado com os beneficiários de rendimento social de inserção do concelho de Évora, inscritos no Serviço Público de Emprego, em Outubro de 2005. Tendo em vista contribuir para um melhor conhecimento das situações de pobreza e exclusão social, procura-se compreender as características profissionais, pessoais e sociais, junto de uma amostra de 40 sujeitos. Considera-se assim, a partir de uma concepção de competência para a integração social da pessoa pobre e excluída socialmente, a percepção de competência dos sujeitos, a par dos factores que podem ser considerados preditores nessa percepção. Finalmente apresentam-se algumas considerações que decorrem da interpretação dos resultados e que visam contribuir para intervenções mais adaptadas.

(*) Esta comunicação tem a sua base na dissertação de mestrado em Psicologia do Desenvolvimento Profissional que a autora discutiu publicamente na Universidade de Évora, em Julho de 2006.

Palavras-Chave: Pobreza e exclusão social, integração social, competência.

| | | |
|------------------|---------------------------|---|
| Isabel Faria Vaz | GEP- MTSS, ESCE-IPSetúbal | <i>O conceito de empregabilidade e metodologia de cálculo</i> |
|------------------|---------------------------|---|

Reconhecendo que o modelo produtivo de mão-de-obra intensiva e fraca capacidade de inovação se esgotou, e que no actual quadro de desenvolvimento as necessidades da nova economia, centrada no conhecimento, exigem recursos humanos mais qualificados, pretende-se identificar as alterações estruturais ao nível da estrutura habilitacional e das qualificações.

Reconhecendo, ainda, a importância estratégica da educação-formação num processo de renovação do capital humano, interessa também identificar as componentes que influenciam a possibilidade do indivíduo entrar na vida activa ou aí se manter. De acordo com Outin (1990) são quatro as componentes: as qualidades individuais (aspectos relacionais, motivação), as qualificações inerentes à profissão exercida, a situação do mercado de trabalho e, por último, as políticas de formação aplicadas pelos poderes públicos e pelos empregadores. A empregabilidade transforma-se, assim, numa responsabilidade partilhada pelos poderes públicos, empregadores ou empresas e pelo próprio trabalhador.

O objectivo principal deste artigo consiste em definir uma metodologia de cálculo que nos permita operacionalizar a empregabilidade quer em termos globais quer em termos sectoriais, para além de identificar as alterações estruturais nas habilitações e nas qualificações.

Num primeiro momento, desenvolveremos o conceito de empregabilidade, para em seguida, explicitar a metodologia de cálculo do índice de empregabilidade ao nível sectorial, apresentando as variáveis consideradas essenciais para cada uma das componentes da empregabilidade, assim como as fontes estatísticas a que se deve recorrer para o cálculo deste índice.

A metodologia aplicada consiste no desenvolvimento de pesquisa bibliográfica, na exploração dos dados do Inquérito ao Emprego do INE e dos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Segurança Social e na aplicação da metodologia de cálculo do índice sectorial de empregabilidade de Grip, Loo e Sanders (2004).

| | | |
|---------------------------|------------|--|
| João Vasco Pereira Coelho | CIES/ISCTE | <i>Dinâmicas de integração, identificação e adaptação, em contexto de reestruturação</i> |
|---------------------------|------------|--|

As transformações organizacionais instilam na empresa contemporânea o “choque” de uma outra (e forte) exigência de ser actor, por parte da maioria dos seus membros, introduzindo uma desordem nos “jogos” habituais, a ponto de levar os indivíduos a experienciar profundas redefinições identitárias, à luz de processos cuja dinâmica solicita, da parte do indivíduo, um contínuo exercício do “sentido de si”, e o investimento subjectivo num processo iterativo de decomposição, recomposição e interacção dos constituintes identitários. Deste modo, é possível aduzir que as mudanças operadas ao nível do funcionamento do mercado de trabalho e das práticas de organização da empresa, originam questões fundamentais acerca da relação que é possível estabelecer entre disposições de trabalho, contextos de integração profissional e processos de composição identitária.

Estudos recentes sublinham, a este propósito, a tendência para a transformação das modalidades de identificação com os conteúdos e os contextos de trabalho, traduzível na emergência de transformações fundamentais no âmbito da produção de identidades colectivas no e pelo trabalho, decorrentes da polarização da forma como a socialização e a integração dos indivíduos se opera em espaços e estruturas de trabalho que são o produto de operações de racionalização gestonária, e de reestruturações de natureza organizacional.

À luz deste prisma de análise, observa-se que diferentes espaços de trabalho delimitam oportunidades diferenciadas para a aquisição de atributos de definição do “eu” – ou seja, alguns espaços de trabalho ou categorias profissionais, pelas suas especificidades e porque comportam atribuições valorativas diferenciadas, delimitam diferentes hipóteses de valorização ou desvalorização do “eu”. No âmbito específico desta comunicação, contemplam-se as questões mencionadas a partir da análise do processo de reestruturação e evolução histórica de uma organização nacional, de grande dimensão, que opera no sector eléctrico, um processo feito de mudanças sucessivas e persistentes, particularmente intensas nas últimas duas décadas. A tónica é colocada na recomposição histórica do espaço específico de integração desta empresa, e na experiência dos indivíduos que nela permanecem integrados, num contexto de mudança sucessiva, por um período alargado de tempo.

Hipotetiza-se que a natureza da orientação dos indivíduos face à mudança decorre da existência de um conflito decorrente da transformação das disposições gerais de trabalho, e do modo como este é experienciado e resolvido, manifestando-se através de um conjunto heterogéneo de respostas de adaptação, decorrentes da polarização das relações que se estabelecem no (e com o) espaço de trabalho, em contexto de transformação social e organizacional. É privilegiada uma dupla perspectiva de análise: por um lado, a análise dos processos de reestruturação propriamente ditos numa perspectiva diacrónica – perspectivando-os como contextos significativos de experiências profissionais; por outro lado, a perspectiva dos actores, as suas gramáticas de produção e de reconhecimento de sentido sobre os percursos sociais percorridos e a percorrer), as percepções dos constrangimentos provenientes da reestruturação de um contexto de trabalho, a dinâmica subjacente aos processos de identificação e de composição identitária, e as estratégias de filiação ou implicação afectiva a um espaço de trabalho específico, num quadro onde o mesmo se apresenta em mutação persistente e acelerada.

| | | |
|------------|----------|---|
| José Lúcio | FCSH-UNL | <i>Determinantes da exclusão social em Portugal – análise estratégica e prospectiva sobre o papel das organizações locais no combate à pobreza e à exclusão</i> |
|------------|----------|---|

Nos dias de hoje, a exclusão social tornou-se, inquestionavelmente, um ponto relevante nas agendas quer de governos nacionais, quer da comunidade internacional. Assim, o debate metodológico, científico e estratégico tem vindo a centrar-se não tanto nos conceitos de pobreza e exclusão em si próprios (como sucedeu até ao final dos anos oitenta), mas sobretudo nas possibilidades de actuação local, regional, nacional e internacional que possam atenuar as consequências e combater as causas da indigência. Enquanto sinais claros do que afirmamos, poderíamos citar a entrega do Nobel da Paz ao fundador do microcrédito (o Professor Yunus) e o ganho de relevância dos denominados Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Assim, a comunidade internacional está hoje, mais do que nunca, atenta aos fenómenos da extrema pobreza, da indigência e do isolamento social. Por outro lado, tem sido crescente o ganho de consciência do papel determinante das organizações locais na gestão e implementação de programas de combate à pobreza e à exclusão: é o triunfo das estratégias “bottom-up”.

No caso específico do nosso país, existiu um acompanhamento das tendências acima referidas, com o desenvolvimento (nos anos oitenta e noventa) de importantes trabalhos sobre tipologias da pobreza e da exclusão entre os quais merecem destaque os estudos de Alfredo Bruto da Costa, Manuela Silva e Leonor Ferreira. Enquanto orientação metodológica para os próximos anos, entendemos que deve constituir uma tarefa primordial promover o debate sobre os futuros determinantes da pobreza e da exclusão em Portugal. No nosso país, dois grandes elementos parecem ser dignos de especial atenção pelos estudiosos e agentes que trabalham nesta área: o envelhecimento e as migrações. Pelas consequências ao nível da mobilidade, dependência no acesso a serviços, isolamento social e geográfico, o envelhecimento constitui um factor potenciador de problemas graves de pobreza e exclusão. Por seu turno, a chegada de novos migrantes, muitas vezes em condições precárias de subsistência, determina a ocorrência de problemas graves de integração económica, social e cultural.

Face ao que antecede, a presente comunicação pretende alcançar dois objectivos fundamentais:

- 1º Analisar quais serão, no médio longo prazo, os principais determinantes da pobreza e exclusão no nosso país;
- 2º Perspectivar qual poderá ser o papel das organizações locais, associadas à cultura e à cidadania, no combate a esses mesmos determinantes.

Existirá, deste modo, uma particular preocupação com considerações de natureza estratégica e

operacional, que possam contribuir para o debate sobre a redução da exclusão social e da pobreza no nosso país.

Apresentação de Posters

Átrio inferior do Auditório [em permanência]

Contactos

Atelier I.

Cidadania, Defesa e Segurança

| | Nome | Filiação Institucional | E-mail |
|--------------------|---------------------------|-----------------------------|--------------------|
| Moderadores | José Eliseu Pinto | Dep. Sociologia/Univ. Évora | jpinto@uevora.pt |
| | Marcos Olímpio dos Santos | CISA-AS/Univ. Évora | mosantos@uevora.pt |
| | Maria da Saudade Baltazar | Dep. Sociologia/Univ. Évora | baltazar@uevora.pt |
| | Maria José Stock | Dep. Sociologia/Univ. Évora | mstock@uevora.pt |

Participantes

| | | |
|---|---|---|
| Alice Cunha | Mestre em Relações Internacionais/ISCSP-UTL | alice_mpbcc@portugalmail.pt |
| Ana Bigotte Vieira | Mestranda em Ciências da Comunicação/FCSH-UNL | anabigottevieira@yahoo.com.br |
| Cristina Granado | Instituto Piaget de Almada | cristina_margarida_granado@hotmail.com |
| Filipa César | Mestre em Ciências da Educação | fcesar@quaternaire.pt; filipa.cesar@gmail.com |
| Jorge Cabaço | Licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais/UNL | jorgecabaco@gmail.com |
| José Manuel Saragoça | Dep. Sociologia/Univ. Évora | jsaragoca@uevora.pt |
| José Nuno Matos | Mestre em Ciência Política/ISCSP-UTL | mor_furtado@yahoo.com |
| Lúisa Schmidt(1), Joaquim Gil Nave(2), João Guerra(1) | (1)ICS/UL, (2)ISCTE | schmidt@ics.ul.pt; joaquim.nave@iscte.pt; joao.guerra@iscte.pt |
| Maria da Saudade Baltazar | Dep. Sociologia/Univ. Évora | baltazar@uevora.pt |
| Maria Helena Guerra | DECO | mhenaguerra@hotmail.com |
| Maria José Stock, Eduardo Figueira, Maria da Saudade Baltazar | Dep. Sociologia/Univ. Évora | mstock@uevora.pt;figueira@uevora.pt; baltazar@uevora.pt |
| Mariana Cascais(1), António Mello de Matos(2) | (1) Dep. Sociologia/Univ. Évora, (2) Mestre em Ciência Política/ISCSP-UTL | mcascais@uevora.pt |
| Patrícia Calca | Mestranda em Ciência Política/ISCSP-UTL | patriciacalca@gmail.com |
| Sónia Dantas | Doutoranda em Sociologia/FEUC | sdantas@oniduo.pt |
| Susana Reis(1), Guida Lourenço(1), Liliana Rainha(1), Eduardo Figueira(2) | (1)Academus, (2)Dep. Sociologia/Univ. Évora | academus@academus.pt |

Atelier 2.**Cultura, Desenvolvimento e Turismo****Moderadores**

| Nome | Filiação Institucional | E-mail |
|-------------------------|-----------------------------|--------------------|
| Eduardo Jorge Esperança | Dep. Sociologia/Univ. Évora | eje@uevora.pt |
| Eduardo Medeiros | Dep. Sociologia/Univ. Évora | ecm@uevora.pt |
| Maria do Rosário Borges | Dep. Sociologia/Univ. Évora | mrborges@uevora.pt |
| Mário Nogueira | Dep. Sociologia/Univ. Évora | nogueira@uevora.pt |

Participantes

| | | |
|--|---|--|
| Ana Gonçalves | ISCTE | Ana.Goncalves@iscte.pt |
| Carla Teixeira | Estudante 1.º ciclo Sociologia/Univ. Évora | carla_m_teixeira@yahoo.com.br |
| Eduardo Figueira(1), José Manuel Candeias(2) | (1)Dep. Sociologia/Univ. Évora, (2)ECO-HUMANUS | figueira@uevora.pt; academus@academus.pt |
| Eduardo Jorge Esperança | Dep. Sociologia/Univ. Évora | eje@uevora.pt |
| Elisa Pérez Babo(1), Paula Guerra(2), Pedro Quintela(3) | (1)Mestranda em Inovação e Políticas de Desenvolvimento/Univ. Aveiro, (2)Dep. Sociologia/FLUP, (3)Quatenaire Portugal | elisab@quatenaire.pt; pguerra@letras.up.pt; paula_guerra@netcabo.pt |
| Ema Cláudia Pires | Dep. Sociologia/Univ. Évora | epires@uevora.pt |
| José Hernández Mogollón , Ana Campón Cerro | Univ. de Extremadura | jmherdez@unex.es; ancace04@alumnos.unex.es |
| Luciene Rodrigues(1), Casimiro M. Balsa(2) | (1)Dep. Economia, PPGDS/UNIMONTES-MG- Brasil, (2) Dep. Sociologia, CEOS/UNL | rluciene@unb.br |
| Marcos Olímpio, Lúcia Sobreiro, Patrícia Calca | CISA-AS/Univ. Évora | mosantos@uevora.pt; luciasobreiro@hotmail.com; patriciacalca@gmail.com |
| Maria das Mercês Covas | Dep. de Ciências da Educação e Sociologia/FCHS Univ. Algarve | mcovas@ualg.pt |
| Maria Elena Serrano Flores | Doutoranda na Universidad de Córdoba, CIIEMAD/IPN-México | maese99@yahoo.com |
| Maria Noémi Marujo | Dep. Sociologia/Univ. Évora | noemi@uevora.pt |
| Mariana Garcia, Filipa Morais Soares, Cláudia Rodrigues, Rita Aires, Hugo Carabineiro, Pedro Vilarinho | Agência Piaget para o Desenvolvimento | check-in@apdes.net |
| Mónica de Brito | Doutoranda em Turismo/Univ. Évora | mbmb@uevora.pt |
| Olga Magano | Univ. Aberta, CEMRI | omagano@univ-ab.pt |
| Paula Soares | Dep. Línguas e Literaturas/Univ. Évora | psoares@uevora.pt |
| Vítor Rosa | Doutorando/ISCTE | viktor.rosa@ccdr-a.gov.pt; viktor.rosa@mail.pt |

Atelier 3.**Família, População e Saúde****Moderadores**

| Nome | Filiação Institucional | E-mail |
|-----------------------|-----------------------------|--------------------|
| José Ramalho Ilhéu | Dep. Sociologia/Univ. Évora | ilheu@uevora.pt |
| Maria da Graça Morais | Dep. Sociologia/Univ. Évora | mgraca@uevora.pt |
| Maria Filomena Mendes | Dep. Sociologia/Univ. Évora | mmendes@uevora.pt |
| Rosalina Costa | Dep. Sociologia/Univ. Évora | rosalina@uevora.pr |

Participantes

| | | |
|--|--|---------------|
| Alexandrina Figueira, Antónia Pouca Roupá, Fernanda Rosado e Vânia Ramalho | Estudantes 1.º ciclo Sociologia/Univ. Évora | ikapr@msn.com |
|--|--|---------------|

| | | |
|---|--|---------------------------|
| Ana Rosalina Fernandes(1) e Carlos Alberto da Silva(2) | (1)Doutoranda em Ciências da Saúde/Univ. Évora, (2)Dep. Sociologia/Univ. Évora | casilva@uevora.pt |
| Bárbara Bäckström | Univ. Aberta | barbarab@univ-ab.pt |
| Carlos Alberto da Silva(1), Liliana Pereira Ferreira(2), Tânia Cristina Santos(2) | (1)Dep. Sociologia/Univ. Évora, (2)Mestranda em Intervenção Sócio-Organizacional na Saúde/Univ. Évora / ESTeS Lisboa | casilva@uevora.pt |
| Célia Peralta | Estudante 1.º ciclo Sociologia/Univ. Évora | peralta_celia@hotmail.com |
| Cristina Pereira Vieira | Universidade Aberta, CEMRI | cvieira@univ-ab.pt |
| Cristina Santos Silva | Doutoranda/ISCTE | c.santossilva@clix.pt |
| Élia Paiva | Doutoranda em Sociologia/FCSH-UNL/EHESS, Fórum Sociológico | eliapaiva@hotmail.com |
| Felismina Mendes | ESESJ/Univ. Évora | fm@uevora.pt |
| Lurdes Teixeira | IPSaúde do Norte | Lurdesteixeira@clix.pt |
| Maria das Mercês Covas | Dep. de Ciências da Educação e Sociologia/FCHS Univ. Algarve | mcovas@ualg.pt |
| Maria Leonor Sampaio | Doutoranda em Sociologia da Saúde/FCSH-UNL | leonorsampaio@hotmail.com |
| Teresa Cansado | Mestre em Sociologia/Univ. de Évora | teresacansado@oninet.pt |

Atelier 4.

Organizações. Qualificação e Emprego

Nome **Filiação Institucional** **E-mail**

Moderadores

| | | |
|-------------------------|-----------------------------|------------------------|
| Carlos Alberto da Silva | Dep. Sociologia/Univ. Évora | casilva@uevora.pt |
| Domingos Afonso Braga | Dep. Sociologia/Univ. Évora | dab@uevora.pt |
| José Saragoça | Dep. Sociologia/Univ. Évora | jsaragoca@uevora.pt |
| Maria Manuel Serrano | Dep. Sociologia/Univ. Évora | mariaserrano@uevora.pt |

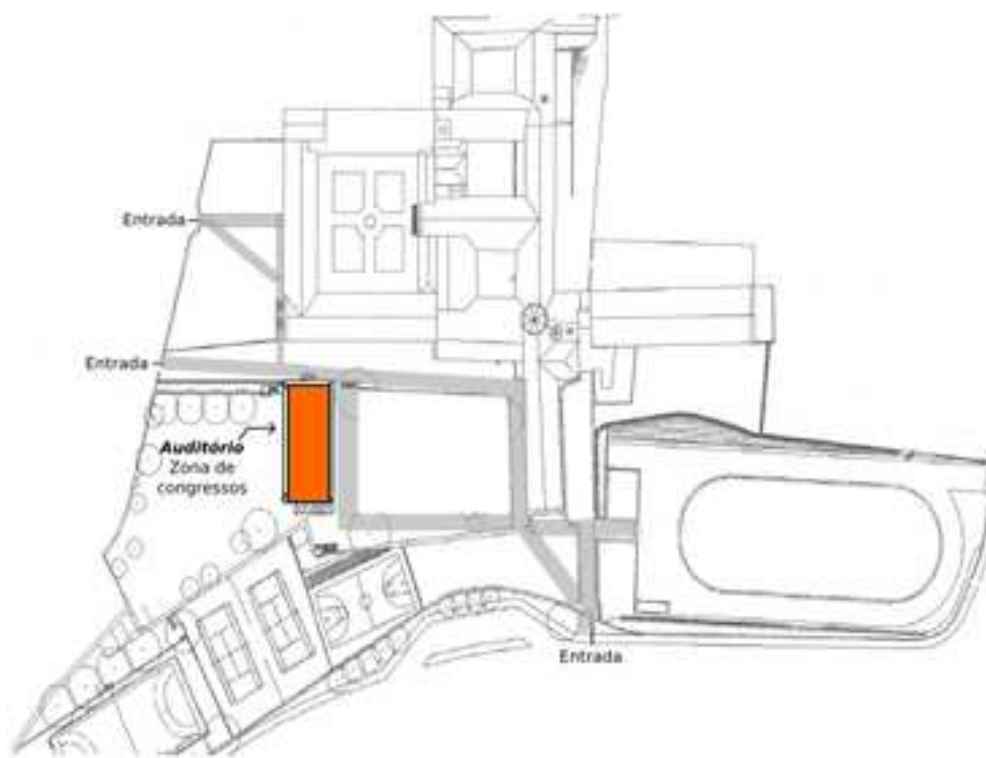
Participantes

| | | |
|---|--|---|
| António Brandão Moniz, Ana Vasconcelos da Silva, Tobias Woll | Projecto WORKS/FCT-UNL | avs@fct.unl.pt |
| Cristina Bernardo | Câmara Municipal de Alvito | cristinabernardo.2@gmail.com |
| Domingos Braga | Dep. Sociologia/Univ. Évora | dab@uevora.pt |
| Florbela Nunes | IEFP – Centro de Emprego de Évora | florbela.nunes.dra@iefp.pt |
| Guida Lourenço (1), Susana Reis (1), Liliana Rainha (1), Eduardo Figueira (2) | (1) Academus, (2) Dep. Sociologia/Univ. Évora | academus@academus.pt |
| Helena Alexandre | Departamento de Investigação e Desenvolvimento/INA | Helena.alexandre@ina.pt |
| Isabel Faria Vaz | GEP- MTSS, ESCE-IPSetúbal | Isabel.faria@dgeep.mtss.gov.pt |
| João Fernandes, Sérgio Canaverde, Daniela Eleutério | NESUE/Univ. Évora | nesue_uevora@hotmail.com |
| João Vasco Pereira Coelho | CIES/ISCTE | vasco.jcoelho@gmail.com |
| Joaquim Fialho(1), Carlos Alberto da Silva(2) | (1)IEFP, (2)Dep. Sociologia/Univ. Évora | joaquim.fialho@gmail.com, casilva@uevora.pt |
| José Afonso Roberto, Maria Margarida Saraiva, Jorge Luís Casas Novas | Dep. Gestão/Univ. Évora | jroberto@uevora.pt; msaraiva@uevora.pt; jlnovas@uevora.pt |
| José Lúcio | FCSH-UNL | j.lucio@iol.pt |

| | | |
|---|--|--|
| José Rebelo dos Santos(1), Maria Filomena Mendes(2) | (1) ESCE-IPSetúbal, (2)Dep. Sociologia/Univ. Évora | jrebelo@esce.ips.pt; mmendes@uevora.pt |
| Liliana Rainha(1), Guida Lourenço(1), Susana Reis(1), Eduardo Figueira(2) | (1)Academus, (2)Dep. Sociologia/Univ. Évora | academus@academus.pt |
| Lourenço Frazão | Doutorando em Sociologia/Univ. Évora | lourenco-frazao@sapo.pt |
| Maria Manuel Serrano | Dep. Sociologia/Univ. Évora | mariaserrano@uevora.pt |
| María Sánchez Escobedo | Facultad de Estudios Empresariales y Turismo/Univ. de Extremadura | mariescobedo@gmail.com |
| Paula Urze(1), Tiago Machado(2) | (1) FCT/UNL, (2)UNINOVA | pcu@fct.unl.pt; tgm@uninova.pt |
| Teresa Nogueiro (1), Margarida Saraiva (2) | (1) Mestranda em Gestão, Área de RH/Univ. Évora, (2) Dep. Gestão/Univ. Évora | tpr@uevora.pt |

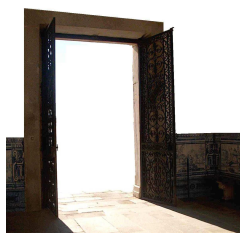
Posters

| Nome | Filiação Institucional | E-mail |
|---|---|---------------------------------|
| Adelina Cunha, Cláudia Soares dos Santos, Manuel Cortiço, Odete Nascimento d'Almeida | Universidade Sénior do Montijo (UNISSETI) | claudiasds@gmail.com |
| Adelina Cunha, Cláudia Soares dos Santos, Maria Antonieta Santos, Maria Bárbara Pinela, Maria Helena Sousa, Maria Laurinda Letras, Maria Nazaré Moura | Universidade Sénior do Montijo (UNISSETI) | claudiasds@gmail.com |
| Ana Rebelo, Cláudia Soares dos Santos, José Manuel Esperto, Rosalina Lopes | Universidade Sénior do Montijo (UNISSETI) | claudiasds@gmail.com |
| António Caleiro | Dep. Economia/ Univ. Évora | caleiro@uevora.pt |
| Cláudia Soares dos Santos, Elvira Maria Gonçalves, Fátima Machado, Maria Judite Henrique, Maria Manuela Mendes | Universidade Sénior do Montijo (UNISSETI) | claudiasds@gmail.com |
| José Coelho | Mestre em Sociologia/ Univ. Évora | jluis.coelho@sapo.pt |
| Sónia Galinha(1), M.J. Loureiro(2) | (1)ESSE-IPSantarém, (2)UBI | sonia.galinha@ese.ipsantarem.pt |
| Sónia Galinha(1), M.J. Loureiro(2) | (1)ESSE-IPSantarém, (2)UBI | sonia.galinha@ese.ipsantarem.pt |



Planta do Colégio do Espírito Santo

Universidade de Évora



Organização

Departamento de Sociologia | Universidade de Évora
Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia – Augusto da Silva (CISA-AS)

Contactos

Telefone: +351 266 740 805 | Fax: +351 266 740 809

E-mail: secsoc@uevora.pt

Apoios

